

A dimensão Subnacional da Inserção Internacional: Análise da Paradiplomacia Econômica de Québec.

Gomes dos Reis Elton.

Cita:

Gomes dos Reis Elton (2010). *A dimensão Subnacional da Inserção Internacional: Análise da Paradiplomacia Econômica de Québec*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/322>

A dimensão subnacional da inserção internacional: Análise da Paradiplomacia Econômica de Québec

Elton Gomes dos Reis¹

Introdução

A literatura acadêmica indica que a atividade externa de governos subnacionais-paradiplomacia- corresponde a um fenômeno sensivelmente acentuado pela mundialização e pela interdependência complexa. A intensificação da globalização econômica impacta sobre a cultura nacionalista de unidades infraestatais minoritárias, como é o caso de Québec. Esse fenômeno afeta todo o sistema político internacional, através do aumento da vulnerabilidade e da interligação entre os atores políticos, levando os governos subnacionais, a redefinir suas estratégias como propósito de maximizar seus objetivos tirando o máximo proveito possível dessas transformações. Uma das conseqüências políticas mais comuns desse processo é a formação dos blocos de integração regional. Esses empreendimentos de política internacional, apesar de suas muitas semelhanças apresentam um elemento comum: a tentativa de conciliar e equilibrar, por meios de acordos multilaterais, a paradoxal necessidade de manutenção da soberania e de participação ativa no processo de globalização que aflige o Estado-Nacional contemporâneo. Essas organizações regionais internacionais fornecem aos estados a possibilidade de participar ativamente do processo de internacionalização da economia e simultaneamente manter algum grau de soberania dentro de um contexto de interdependência cada vez maior.

Vistos pelos analistas como conseqüência do processo de transformação do Estado contemporâneo, fenômenos como o surgimento da governança transnacional e a formação de blocos econômicos potencializam as atividades desenvolvidas através das chamadas fronteiras porosas (Aldecoa, 1994), provocando o adensamento das relações transfronteiriças. Estas, por sua vez, são identificadas como fatores de incentivo relevantes para a ocorrência da paradiplomacia. Dentro dessa perspectiva é que no bojo dos esforços integracionistas os governos infra-estatais têm buscado, gradualmente, mecanismos que lhes permitam uma inserção internacional que se mostre dotada de uma maior eficiência para a consecução de seus objetivos. Tais ações racionalmente empreendidas se processam em um ambiente institucional onde abundam conexões entre os diferentes níveis de governos, organizações internacionais e atores não estatais. Essa abundância de conexões muito embora seja rica do ponto de vista da identificação do fenômeno, torna particularmente difícil a sua explicação.

Diante desse complexo quadro, uma alternativa possível seria o isolamento de uma temática de pesquisa referente à atividade internacional de regiões com o propósito de refinar a análise. Esse instrumento heurístico uma vez empregado não ignora em absoluto as diferentes facetas da atividade paradiplomática que como já foi explicitado

¹ Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Núcleo de Estudos Sobre Política Comparada e Política Internacional- (NEPI)\PPGCP-UFPE.

se interrelacionam dentro de um imbricado jogo de poder. No caso aqui tratado a dimensão propriamente comercial ou econômica da paradiplomacia quebequense é privilegiada por representar uma adequação dessa unidade subnacional às metamorfoses do cenário internacional e uma resposta as mudanças ocorridas na política doméstica (de Québec e do Canadá) ocorridas nos últimos anos. Para levar adiante essa separação metodológica, a dimensão estratégica dos atores subnacionais diante de momentos críticos que afetam a ordem institucional em que eles estão envolvidos precisam ser levada em consideração.

Estratégias Paradiplomáticas, Momentos críticos e Aparato Institucional

A ação racionalmente orientada dos atores políticos é, a despeito do contencioso teórico que envolve a própria idéia de racionalidade (larga ou restrita), uma das categorias mais importantes para ciências sociais e um elemento particularmente relevante para a Ciência Política. A racionalidade dos atores e o comportamento maximizador correspondem a um pressuposto analítico extremamente importante para a disciplina. Após anos de hegemonia de perspectivas do tipo *thin rationality*, algumas abordagens mais contemporâneas oferecem uma visão mais ampla sobre este conceito.

Para a literatura mais recente, a ação racional consiste em uma noção mais complexa e diversificada de racionalidade que se projeta para além do pressuposto clássico da lógica instrumental. Essa abordagem não rejeita a visão utilitarista presente na atividade política, mas procura identificar fatores contingentes que interferem na formação e mudança das preferências dos agentes políticos. A perspectiva neo-institucional combinada mostra que é possível perceber uma interação dinâmica e relacional entre Agência e Estrutura. No estudo da paradiplomacia especificamente, essa visão pode revelar como estratégias do governo subnacional são constrangidas por fatores institucionais.

A natureza, ou o formato do modelo federal e dos blocos regionais é de fato relevante para o entendimento desse fenômeno político. Estes elementos juntamente com outras instituições desempenham um importante papel nas medidas paradiplomáticas. O aparato organizacional desenvolvido por um GNC para se encarregar de sua inserção internacional corresponde a um fator crucial para na determinação dos limites e possibilidades do envolvimento externo de uma dada unidade subnacional.

A presença de um corpo burocrático profissional destinado a gerir as incursões paradiplomáticas representa um fator chave (muito embora não seja determinante em todos os casos) na continuidade e eficiência das relações internacionais de um governo local. Entretanto os ramos de governo envolvidos na condução da política externa apresentam, como qualquer organismo oficial, uma imbricada estrutura de poder e complexa cadeia de responsividade. Esses pontos são particularmente problemáticos no caso de unidades infra-estatais, pois, existe o componente das relações entre as esferas de administração local e central que não raro apresentam impasses e cooperação, dependendo da matéria em apreço.

Devido ao largo espectro das atividades correlacionadas com a paradiplomacia, os atores não estatais devem ser levados em consideração na análise do aludido fenômeno. Estes agentes são efetivamente responsáveis pela produção de muitos *inputs* políticos, influenciando os governos municipais, estaduais ou provinciais a agir no

estrangeiro com vistas a maximizar os seus próprios ganhos potenciais. A investigação de atores extra-estatais envolvidos na promoção de medidas paradiplomáticas representaria por si só um programa de pesquisa. Mas, as ligações entre o Estado e o setor privado em questões de inserção econômica internacional são por demais relevantes para não serem consideradas no estudo desse fenômeno. A paradiplomacia econômica e comercial não corresponde à matéria exclusivamente governamental. A despeito da predominância do Estado, estratégias neo corporativas podem ser observadas no caso de governos subnacionais que foram bem sucedidos em criar sua própria política externa (Crieckmans, 2008, Lachapelle e Paquin, 2003)

Analistas políticos trabalhando com o institucionalismo histórico têm se dedicado ao entendimento do processo de formação de preferências e as mudanças institucionais durante momentos críticos que podem conduzir os atores políticos a longas trajetórias de desenvolvimento, as quais são difíceis de serem revertidas (Pierson, 2000, Thelen, 1999). Assim, as idéias de *path dependence* e formação das preferências possuem grande relevância sobre a produção dos resultados políticos. O institucionalismo da escolha racional oferece uma base para modelar as escolhas dos atores durante os momentos críticos. Aplicado em conjunto com a abordagem histórica, esse paradigma pode auxiliar na compreensão e explicação das decisões tomadas pelos atores enquanto escolhas feitas deliberadamente em um dado contexto institucional.

A paradiplomacia é um claro exemplo de fenômeno político desenvolvido através de longas trajetórias engendradas historicamente. Da mesma forma, os momentos críticos provenientes do sistema político internacional, bem como da dinâmica política interna podem transformar significativamente as possibilidades de atuação externa de um governo subnacional. Isso quer dizer que os legados ou heranças jogam um papel importante no desenvolvimento das atividades paradiplomáticas. Esses elementos constituem uma relevante parcela das preferências dos atores políticos. Entretanto, essas preferências não são intransitivas. Os atores políticos (governos subnacionais nesse caso) buscam alcançar seus objetivos baseados nas suas preferências e na máxima utilidade esperada. Mas, na impossibilidade alcançar este fim, eles podem assumir diferentes cursos de ação para, mesmo não conseguindo o resultado ótimo, multiplicar os seus benefícios dentro de um ordenamento institucional.

Os governos subnacionais são agentes pragmáticos que jogam com os resultados possíveis. Eles constroem e mudam suas estratégias de acordo com o objetivo perseguido e com a construção contextual em que atuam. Assim podem ser verificadas diferentes estratégias, opções, utilidades, resultados e possibilidades. Distintos níveis institucionais e condições de empoderamento relativo levam a diferentes respostas em termos de atividade paradiplomática. O seguinte exemplo mostra como, apesar da complexa rede de interações em que atuam determinadas regularidades podem ser observadas e de que maneira um governo local pode responder a momentos críticos, tendo como base as suas preferências (historicamente construídas) e suas possibilidades reais de atuação no âmbito de uma ordem política em que o nacional e o internacional se tocam.

O Adensamento das interações interdependentes e complexas no sistema internacional reduz a capacidade do Estado de atuar enquanto regulador da economia nacional cada vez mais influenciada por fatores externos não diretamente controlados por ele. O Estado canadense não corresponde a uma exceção (Lachapelle; Paquin, 2003). As relações entre Estado poder e território tornaram-se muito mais imbricadas do que no período anterior quando a diferença entre questões locais e internacionais era mais facilmente discernível. A descentralização da autoridade no cenário de interdependência dá margem ao surgimento e estabelecimento de múltiplas relações

entre os diferentes atores presentes no sistema internacional. Uma das principais características desse cenário interdependente é a multiplicação dos acordos de integração regional assinados pelos Estados. A literatura acadêmica que toma a paradiplomacia como objeto de estudo considera que a formação dos blocos econômicos corresponde a um dos maiores fatores de incentivo à emergência e a proliferação das incursões dos governos subnacionais no exterior. Essa situação pode ser observada na paradiplomacia quebequense.

A projeção externa de Québec ganhou uma nova dinâmica mediante o fechamento de um tratado de livre comércio com os EUA (1987) e a subsequente assinatura do NAFTA em 1994. Estes processos integracionistas têm impactos sobre a esfera de atribuições das províncias canadenses. A formação desse bloco tem efeitos consideráveis sobre o desenvolvimento regional e sobre as prerrogativas dos governos subnacionais, pois, apesar do formato intergovernamental, favorece o desenvolvimento da paradiplomacia por estimular mais a cooperação transfronteiriça² e intensificar o comércio internacional na região que forma um mercado natural com os Estados Unidos. Frente a esse contexto as elites políticas quebequenses (Parti Québécois num primeiro momento e o Partido liberal logo em seguida) empreenderam a efetiva transição de uma economia interprovincial para um modelo fortemente baseado no comércio exterior.

A assinatura do NAFTA teve consideráveis efeitos sobre o desenvolvimento regional e sobre os campos de competência dos governos subnacionais que favoreceram o exercício da paradiplomacia. Apesar do formato intergovernamental adotado, o NAFTA proporcionou um aumento das relações entre os governos subnacionais da América do Norte. Esse caso representa seguramente um bom exemplo da dinâmica existente na interrelação existente entre paradiplomacia, federalismo e integração regional frequentemente identificada pelos estudiosos da projeção internacional de governos não centrais. A ingerência do nível internacional sobre a esfera administrativa local incita os chamados governos subnacionais a desenvolver um certo ativismo no seio dos sistemas federais. Os acordos internacionais ou processos de integração regional assinados em que se engajam os governos nacionais que eles integram (como a adesão à OMC, a entrada na União Européia, ou do NAFTA) repercutem sobre os campos de responsabilidade dos governos subnacionais (Fry, 2004).

Assim, os “nacionalismos regionais” historicamente construídos se deparam com uma nova realidade onde os atores infra-estatais precisam conciliar as suas preferências mantendo o seu componente cultural diferenciado ao passo que buscam otimizar suas estratégias de comércio internacional e atração de investimentos estrangeiros. A tendência protecionista de outrora (considerada como um fator de afirmação cultural identitário) passa gradativamente a uma concepção liberalizante de abertura ao capital externo e de projeção internacional. Para tanto, estas unidades subnacionais desenvolvem uma “identidade econômica”, isto é, uma série de medidas destinadas a responder aos efeitos da mundialização, contudo preservando a sua identidade regional e cultura distinta (Paquin, 2005).

² Fator esse visto como o primeiro indutor da atividade paradiplomática desde os trabalhos pioneiros de Duchaceck e Soldatos op cit.

Identidade Regional, Projeção Econômica e Atração de Investimentos

Determinados governos subnacionais extremamente ativos no plano político externo como Québec, Flandres, a Catalúnia e o País Basco possuem em comum o acentuado nacionalismo identitário. A atuação dessas unidades no exterior apresenta como um de seus maiores objetivos o reforço de uma nação minoritária no quadro de um Estado federal ou de um regime político de caráter descentralizado. Continuamente em casos desse tipo, as políticas de construção da nação e de busca por legitimidade que agem de modo a reforçar seu status diferenciado compõem um dos principais motores da atividade paradiplomática de governos subnacionais possuidores de língua e cultura diferentes dos demais membros da ordem política que integram.

Em se tratando de Québec, essa característica pode ser percebida ao longo de toda a sua trajetória histórica, estando presente desde o início de sua projeção internacional ainda durante o século XIX. Essa busca por reconhecimento externo teve seu ápice como foi demonstrado durante a Revolução Tranquila e no período imediatamente posterior a esse processo vivenciado pela província. Apesar da paradiplomacia de Québec não apresentar um perfil exclusivamente identitário, a força desse elemento pode ser verificada muitas vezes no curso do desenvolvimento das iniciativas desse governo subnacional no cenário internacional. Depois das transformações dos anos 60 e 70 (efervescência nacionalista, secularização e modernização da economia), Québec adotou um conjunto de iniciativas de promoção cultural que ampliaram significativamente o seu raio de ação para assuntos internacionais. De fato a própria justificativa fornecida pelo vice premier Gérin-Jajoie no concernente à projeção internacional e assinatura de acordos como o exterior de Québec (em relação à cooperação educacional) carregava em si a potência do fator cultural para a promoção do envolvimento internacional desse governo não central.

Assim, as relações políticas com países francófonos e as questões de interesse cultural correspondem a um fator de peso desde o início da atividade internacional mais institucionalizada de Québec iniciada nos anos 1960. Diante da relevância desse aspecto para as políticas de proteção cultural desenvolvidas pela província, o governo de Québec desenvolveu ao longo de mais de quarenta anos um grande conjunto de iniciativas culturais que contavam com uma sólida presença dessa unidade subnacional no exterior. Notabilizam-se dentre estas medidas as políticas de intercâmbio estudantil e de professores com a França, a Bélgica e a Suíça, os encontros periódicos com primeiros ministros e chanceleres de países francófonos, os projetos de desenvolvimento dos países africanos de língua francesa, a importação de instituições públicas (como por exemplo, a *Caisse de Dépôt et Placement*) e assinatura de acordos com outros países e unidades subnacionais para reforçar, ou promover a língua francesa e a cultura *québécoise* (Paquin, 2004, MRI, 2008).

Todavia as transformações que se processaram, sobretudo no último quartel de século demandaram não apenas a promoção de iniciativas culturais. O aumento dos fluxos integrados da economia globalizada decretava a necessidade premente de adequação a um modelo aberto e extremamente competitivo em que o Estado provedor de bens e serviços (que foi durante muito tempo considerado o fiel depositário das aspirações independentistas e autonomistas de Québec) não poderia mais atuar com a mesma eficiência na produção de resultados políticos e financeiros. Esse processo se desencadeou paulatinamente e levou os tomadores de decisão da *Belle Province* a perceber que a dimensão comercial de sua atividade externa que era vista por muitos

como coadjuvante, alcançaria o status de fator de primeira ordem para a política e a economia regional.

A política internacional de Québec passaria a se preocupar imensamente com a promoção das exportações, com questões energéticas (que se ligam diretamente à economia), com a busca sistemática por investimentos estrangeiros e com o desenvolvimento de ciência e tecnologia. A questão do comércio exterior sempre esteve em maior ou menor escala ligada a projeção internacional de Québec, contudo a dimensão alcançada por esse elemento nos últimos vinte anos demonstra uma importante mudança no perfil de atuação paradiplomática da província. O momento crítico representado pelo adensamento do fenômeno globalizante juntamente com o arrefecimento das idéias independentistas e a adoção de políticas liberais no Canadá e em Québec conduziram a um novo padrão de envolvimento externo que conjuga promoção de valores culturais com extrema abertura econômica.

Diante dessa realidade determinadas questões podem ser colocadas com o propósito de auxiliar na compreensão desse fenômeno: como pode isso se processar em meio a uma sociedade na qual a defesa dos elementos diferenciadores permeia toda sua história política? Que vantagens existem em se adotar semelhantes medidas em um contexto como o que se verifica em Québec? Que instituições se encarregam da promoção dessa nova estratégia e como elas se articulam para tanto? Quais os limites e possibilidades da cooperação federal-provincial em decorrência dessa mudança no padrão da atividade internacional de Québec? Essas indagações podem ser respondidas se o já descrito processo de formações de preferências dos atores políticos for analisado em conjunto com a estrutura de incentivos e de oportunidades que constringe as escolhas dos tomadores de decisão provinciais no tocante à paradiplomacia.

A questão da defesa do elemento *québécois* distinto do restante da Canadá inglês é assaz importante, pois corresponde a um dos fatores mais significativos do processo de institucionalização política de Québec. A necessidade de preservar o modo de ser e o desejo de criar instituições diferenciadas para a província permeiam toda história política desse ente subestatal. De maneira que essa característica possui grande impacto na formação da estrutura de poder que se verifica nesse governo subnacional. Essa defesa de valores culturais no âmbito de um país de baixa unidade cultural como o Canadá é frequentemente vista pelos analistas políticos e internacionalistas como um dos maiores incentivos da projeção internacional desse não Estado. O ponto que se coloca diante da mudança de postura da administração provincial ao adotar um modelo econômico mais aberto, sobretudo depois da assinatura do acordo de livre comércio com os Estados Unidos e do NAFTA, em seguida é justamente a compatibilidade ou não desse novo padrão com o histórico legado da defesa cultural.

A esse respeito, teóricos como Stéphane Paquin, Guy Lachapelle e David Crieckmans³ afirmam que o nacionalismo identitário provincial não é incompatível com a adoção de políticas liberalizantes de comércio e atração de fluxos de indução do exterior. Esses autores consideram que regiões com histórico de seccionismo e tradição de projeção internacional de suas atividades adotam uma estratégia capaz de manter o nacionalismo provincial aproveitando as oportunidades da globalização econômica. Esses atores políticos adotam um conjunto de práticas que agem de modo a conciliar os

³ Tratando do caso da atuação internacional de Flandres o autor mostra que de modo bastante semelhante ao que se processa em Québec, a paradiplomacia desse ente federado belga caracteriza-se, contemporaneamente pela estratégia neo corporativa. Verifica-se, pois uma aliança entre governo e entidades particulares que promove a identidade econômica regional, incentivando a penetração nos mercados estrangeiros e atração de investimentos externos para a comunidade.

elementos fundantes da afirmação cultural com o imperativo de participação ativa na economia mundializada que incide sobre esse tipo de unidade subnacional no cenário internacional hodierno.

Essa estratégia é desenvolvida por intermédio do estabelecimento de um perfil econômico regional que responde aos efeitos da globalização e ao acirramento da competição internacional, preservando, porém sua identidade nacional e cultural distinta. Isso significa que os legados se mantêm, mas que passam por adequações para se encaixarem em uma realidade distinta daquela que propiciou o seu surgimento e desenvolvimento inicial. Esses câmbios demonstram que diante de momento críticos a conduta dos atores políticos subnacionais pode revelar uma maleabilidade capaz de reestruturar até mesmo legados históricos considerados de difícil superação. No que concerne ao caso da província francófona especificamente, as mudanças ocorridas no plano interno e regional-internacional parecem ter influído de maneira significativa nessa mudança de postura.

Primeiramente a perda de apoio dos movimentos independentistas trouxe um novo ambiente de atuação para os partidos políticos da província. A conduta abertamente soberanista que durante um período relevante trazia benefícios eleitorais claros para os seguimentos mais alinhados com a social-democracia em Québec, passaram a ser vistos com muita desconfiança e ceticidade depois que iniciativas autonomistas ganharam mais força no contexto político doméstico. Esses eventos reduziram a busca por espaços no exterior com propósitos de legitimidade ou de busca de apoio externo para a causa de Québec.

O enfraquecimento mais acentuado dos movimentos soberanistas (separacionistas) teve lugar ainda durante os anos 1980 e seguiu ganhando terreno mesmo depois do resultado obtido por ocasião do referendun de 1995. Juntamente com as transformações econômicas que estavam em curso no Canadá e no resto mundo ocorreu no plano político interno uma guinada favorável às teses autonomistas. O argumento colocado por essa corrente política afirma basicamente que um Québec dotado de uma significativa margem liberdade para gerir seus assuntos, mesmo integrando a federação canadense, alcançaria praticamente tudo que um possível Québec independente lograria conseguir, conservando ainda determinadas vantagens⁴. Nesse sentido a preservação da cultura e da identidade distinta do “Canadá Francês” estaria assegurada mesmo sem a separação completa da província da ordem federal que integra.

Uma importante consequência política da escalada das idéias autonomistas foi justamente a relativização do posicionamento defendido pelo *Bloc Québécois*. O Bloco é um partido político federal fundado em 1991 com o duplo propósito de representar Québec no parlamento e de lutar pela soberania da província. Durante a campanha pelo referendun de 1995 os membros dessa agremiação partidária estiveram diretamente envolvidos na promoção da independência. Mas, depois do insucesso passaram por um período de ambigüidade e acabaram por se inclinar cada vez mais para a alternativa autonomista⁵, a exemplo do que também se processou com boa parte do PQ, partido com quem o bloco mantém estreitas relações desde sua fundação.

⁴ Tome-se, por exemplo, o fato de, apesar de toda autonomia de que desfruta no bojo da federação canadense, Québec ser uma das seis províncias que recebe repasses (além das transferências que recebem as dez províncias ordinariamente) de verbas do governo central. (Ministère des Finances du Québec, 2009)

⁵ Interessante questão a respeito dessa mudança de perspectiva foi a produção do manifesto intitulado “Pour un Québec Lucide” (Por um Québec Lúcido). Esse documento foi lançado em 19 de outubro de 2005, sendo assinado por doze das maiores personalidades québécoises (intelectuais, artistas e

Soma-se à questão do ganho de importância das teses autonomistas (ou de soberania associada como também são conhecidas) que o vazio jurídico apresentado pela constituição canadense no tocante às relações internacionais fornece efetivas condições para a manutenção da atividade externa de Québec em assuntos que tocam diretamente as competências provinciais. Tendo em vista que no âmbito da federação canadense a esfera de atribuições dos governos locais é bastante ampla compreendendo questões educacionais, culturais, de saúde, desenvolvimento econômico, meio ambiente, segurança pública⁶, previdência social e imigração (estas duas últimas apenas no caso de Québec), as possibilidades de atuação paradiplomática são imensas.

Em segundo lugar a continentalização da economia proporcionada pelo acordo de liberalização assinado com os E.U.A e com advento do Acordo de Livre Comércio da América do Norte deu ainda mais impulso a essa concepção autonomista. As elites políticas quebequenses viram no acordo de livre comércio umas janelas de oportunidade para ampliar as possibilidades da região. Seria possível para a província intensificar as trocas com os E.U.A e com o México em menor escala, furtando-se assim das limitações colocadas pelo Canadá. Sobre isso é particularmente interessante notar que, enquanto na parte inglesa do país a adesão ao novo modelo de integração regional foi alvo de acalorados debates, em Québec existiu praticamente um consenso entre os dois principais partidos (PQ e PLQ) a respeito da ratificação do NAFTA.

A entrada em vigor do acordo em 1994 teve efeitos consideráveis sobre o desenvolvimento regional e favoreceu a prática da paradiplomacia na América do Norte. Com a zona de livre comércio foram estabelecidos mais de quatrocentos acordos entre os estados americanos e as províncias canadenses (notadamente Québec e Ontário)⁷. Estes foram celebrados em diversos campos provendo cooperação educacional, para questões de meio ambiente, turismo e, sobretudo para o comércio internacional e desenvolvimento econômico⁸ (Paquin, 2005). Da mesma forma, o NAFTA encorajou o

políticos), dentre as quais o ex-primeiro ministro da província e fundador do Bloc Québécois Lucien Bouchard. O documento é assinado por notórios ex-soberanistas e defende a tese de que a luta pela independência desviou a atenção dos quebequenses dos verdadeiros problemas de Québec como o declínio demográfico e a concorrência internacional. Segundo o manifesto, a separação da federação canadense por si só não seria capaz de resolver os problemas econômicos e sociais da Belle Province. O texto se notabiliza também por propor uma maior abertura ao setor privado, parcerias público-privadas, um sólido investimento em educação e a urgente necessidade de redução da dívida pública. O texto do manifesto pode ser consultado em: <http://www.pourunquebecilucide.com/documents/manifeste.pdf>

⁶ Este ponto é bastante complexo devido à existência de uma polícia federal no Canadá, a Royal Canadian Mounted Police (RCMP) Real Polícia Montada Canadense, que a princípio possui jurisdição sobre todo o país. Entretanto as duas maiores províncias canadenses, Québec e Ontário, optaram por manter suas próprias forças policiais (Ontário Provincial Police e Sûreté du Québec). Durante os eventos da Crise de Outubro a polícia montada atuou eficazmente em Québec (dirigindo inclusive uma série de operações de inteligência que contavam com ousadas ações infiltração nas células terroristas) depois que a província solicitou intervenção federal para combater os extremistas da FLQ.

⁷ Devido a sua importância econômica Québec e Ontário tiveram assegurado um lugar de membro associado no Conselho de Governos Estaduais dos E.U.A (US Council of State Governments), tendo inclusive a reunião anual dessa entidade americana sido realizada em Quebec City/ Ville de Québec em 1999 (Fry, 2004)

⁸ Recentemente foi fundada a zona de cooperação Southeastern United States-Canadian Provinces Alliance (SEUS/CP) tratata-se de uma organização voltada para o comércio estratégico e para o desenvolvimento de parcerias entre seis Estados dos EUA Sudeste (Geórgia, Carolina do Sul, Carolina do Norte, Tennessee, Mississippi e Alabama) e sete províncias canadenses (Newfoundland e Labrador, Nova Scotia, Prince Edward Island, New Brunswick, Québec, Ontário e Manitoba). A Aliança foi criada em

estabelecimento de elos cooperativos entre os Estados Unidos e o México. Os estados americanos firmaram vários “tratados” com os estados federais mexicanos dando origem a uma zona de paradiplomacia transfronteiriça que desenvolve ações preponderantemente econômicas na região (MacMillan, 2008).

A importância do comércio exterior varia de país para país. O mesmo também ocorre com os governos subnacionais. A situação geográfica de Québec privilegia a sua capacidade de promoção comercial. Québec é a maior província do Canadá em extensão geográfica. Possui mais de 3.000 km de território costeiro. O rio, o estuário e o golfo Saint-Laurent, que formam a via marítima Saint-Laurent, constituem um acesso privilegiado para a exportação e a importação de produtos para o continente norte-americano⁹. Depois da assinatura do acordo de livre comércio com os Estados Unidos em 1987 as exportações para o território norte-americano aumentaram consideravelmente. Esse fator ganhou ainda mais estímulo após o estabelecimento do NAFTA. Desde a entrada em vigor do acordo as exportações da província foram crescendo paulatinamente. Em 1988 as exportações representavam aproximadamente 20% do produto interno bruto (PIB) de Québec, em 2008 elas já representam cerca de 40% de toda a riqueza produzida em seu território¹⁰. O caso de Québec demonstra que o ganho progressivo de importância desse fator e como os tomadores de decisão lidaram com a presença de um arraigado sentimento de nacionalidade regional em tempos de globalismo.

Uma análise mais detida revela que a adoção do modelo liberal de economia aberta e competitiva não contraria totalmente o acumulado histórico da paradiplomacia québécoise. O mesmo espírito autonomista que guiou as incursões paradiplomáticas de afirmação identitária da província francófona acabou por gerar dentro de um contexto de maior mobilidade dos capitais e da redefinição de tempo e espaço proporcionada pela tecnologia de informação (Fry, 2004) uma busca por mercados estrangeiros e investimentos externos. Isso por que a dependência de Québec do restante do Canadá através das trocas provinciais era um fator limitador de suas constantes reivindicações autonomistas, pois a dependência do comércio com as demais províncias aumentava consideravelmente a sua vulnerabilidade.

Nas palavras Jean-François Lisée, para realizar a “*décanadianisation*” da sua economia a província aproveitou o momento favorável propiciado pela integração regional liberalizante da América do Norte. Esse processo foi realizado em grande parte graças às estratégias altamente produtivas levadas a cabo no decorrer dos anos 90.

Fundamentalmente, a virada rumo a uma economia mais aberta se deve a fatores políticos e econômicos internos e externos. O surgimento de uma construção internacional mais propícia à movimentação de capitais e de forças produtivas tornou extremamente custoso a manutenção de um modelo de Estado provedor não apenas na província, como em todo o território canadense. O intervencionismo estatal

Montreal em novembro de 2007 para avançar formalmente em iniciativas destinadas a promover os interesses comuns e reforçar os laços econômicos entre as duas regiões.

⁹ Québec dispõe de cinco portos internacionais que são mantidos livres do gelo artificialmente durante o rigoroso inverno do norte (Porto de Montreal, Porto de Québec, Baie-Comeau, Trois-Rivières e Sept-Îles) O porto de Montreal se constitui na via por excelência para o mercado de Chicago e do Meio-Oeste americano; o porto de Québec é internacionalmente conhecido pelas suas atividades comerciais e pelos cruzeiros internacionais e o porto de Sept - Îles, que é mais importante o porto de exportação de minerais do Canadá. Fonte: Port du Québec.

¹⁰ Ministère des Finances du Québec. (2009), Profil Économique et Financier du Québec, ISBN 978-2-550-56019-7.

quebequense não cessou de existir posto que as empresas públicas continuam jogando um papel deveras importante na economia provincial, todavia o tipo de ação empreendida por elas atualmente se relaciona muito mais com a cooperação com os empreendimentos particulares do que com um modelo intervencionista clássico. A já aludida perda de suporte dos movimentos independentistas correspondeu a um fator importante, pois trouxe uma visão de nação para Québec, que a despeito dos conflitos com o governo de Ottawa, não questiona abertamente a ordem federal do Canadá.

Os desenvolvimentos ocorridos em Québec demonstram uma extrema capacidade de adaptação e eficiência no concernente a essa nova realidade. Diante das mudanças no cenário político e econômico internacional, o governo quebequense mudou suas estratégias e intensificou a busca por outras formas de inserção internacional além da paradiplomacia identitária. A estratégia adotada por Québec, após a reconfiguração promovida pelo processo de integração regional e internacionalização da economia consiste em diversificar sua atividade, indo para além das questões de interesse cultural. Esses assuntos permanecem enquanto grandes dossiês da paradiplomacia quebequense. Entretanto, a promoção das exportações, a atração de investimentos externos e o fechamento de acordos de cooperação em ciência e a tecnologia ocupam um espaço cada vez mais relevante na agenda externa da província.

Há decênios que a produção de Québec é voltada para o mercado externo (Paquin, 2005). As trocas internacionais desempenham um papel vital na economia da província. As exportações são responsáveis por mais de 37% do seu PIB e geram 30% dos empregos na região. Soma-se a isto que aproximadamente 24,6% dos investimentos privados provêm das empresas estrangeiras (MRI, 2009). Esse perfil foi construído a través de um processo que encontra paralelo em poucas unidades subnacionais ativas no exterior. O aumento da projeção comercial internacional foi em grande medida propiciado pelo NAFTA, pois com esse tratado a economia de Québec pôde dar um salto, intensificando ainda mais o seu comércio com os Estados Unidos.

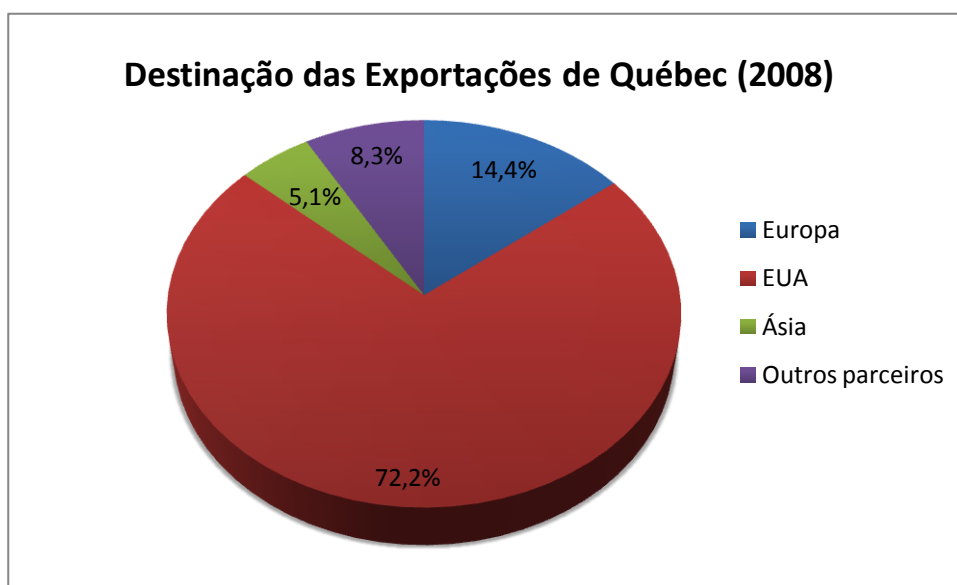
Como pode ser observado no quadro 1, mais de 70% de suas exportações de Québec se dirigem aos E.U.A visto enquanto um grande mercado natural com o qual a província mantém fortes vínculos econômicos. Estes laços têm sido estreitados por meio de um alto volume de trocas realizadas através de iniciativas de paradiplomacia comercial tranfronteiriça, bem como por intermédio de investimentos diretos de firmas americanas no seu território. Todavia Québec tem procurado expandir seus mercados para além do bloco na tentativa de reduzir sua vulnerabilidade. Perseguindo esse objetivo, a paradiplomacia comercial da província francófona tem encontrando nos países da União Européia o seu segundo maior parceiro comercial.

Nos últimos dez anos Québec tem apresentado um crescimento médio anual bastante acentuado no volume de exportação de seus principais produtos, destacando-se além da venda de insumos básicos as vendas da indústria aeronáutica¹¹ (ver quadro 2). O potencial de comércio internacional da província ganhou muito impulso depois que

¹¹ O material de transporte representa perto de um quinto do volume das exportações internacionais de mercadorias de Québec. A pedra angular desta indústria é o setor aeronáutico, que contrata quase 24.000 trabalhadores na província. Este setor realizou vendas de aproximadamente 12,7 bilhões de dólares em 2008. Mais da metade da mão-de-obra canadense em aeronáutica trabalha em Québec. Quase 70% das entregas canadenses de produtos aeronáuticos são realizadas na província. A indústria quebequense de aeronáutica agrupa quase 110 empresas especializadas na fabricação de aviões, helicópteros, motores, peças e simuladores de voo capitaneadas pela Bombardier. (Ministère des Finances du Québec, 2009)

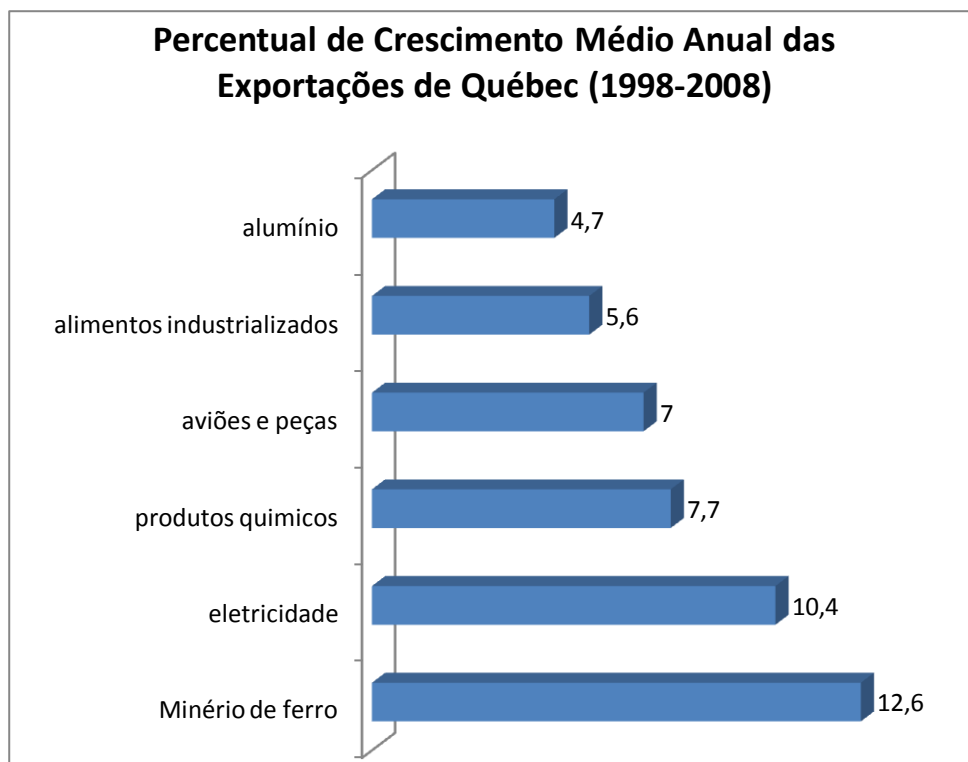
uma grande quantidade de investimentos estrangeiros foi atraída para Québec, potencializando o seu setor produtivo.

O modelo criado por Québec privilegia a busca por investimentos que se destinem a chamada economia real, isto é, capital aplicado nas empresas da região (basicamente por meio de parcerias estratégicas ou de participação acionária). Estas firmas se estabelecem nessa província do Canadá devido à presença de condições vantajosas para o desenvolvimento de suas atividades e pela infra-estrutura presente nessa parte do país. Depois da crise dos anos 1980, o governo provincial procurou adotar uma política de oferecimento de incentivos fiscais destinadas a tornar a sua economia mais competitiva. Atualmente essa unidade subnacional possui taxas de implantação e exploração de empresas menores do que o Canadá e da maioria dos países mais desenvolvidos do mundo¹².



Quadro 1- Destino das Exportações de Québec
Fonte: Institut de la Statistique du Québec 2009

¹² De acordo com dados do Ministère des Finances du Québec, a província tem um índice de custo para implantação e exploração de empresas que gira em torno de 86.7%. Esse índice é menor do que o do Canadá (90.7%) e que o da média de todos os países do G-7 (102. 7%). Ministère des Finances du Québec. (2009) op cit.



Quadro 2 Percentual médio de crescimento anual das exportações.

Fonte: Institut de la Statistique du Québec 2009.

A competição sistemática por recursos estrangeiros não é um fator generalizado em se tratando de paradiplomacia. Muito embora a maioria das iniciativas dos governos subnacionais no exterior verificada atualmente conte com objetivos pragmáticos (Keating, 1999) são raros os casos em que se pode identificar a existência de uma verdadeira política pública infra-estatal de projeção econômica. Para atrair investimentos umas grandes quantidades de fatores precisam estar em condições para que uma economia seja atraente aos olhos dos potenciais investidores (acesso aos materiais, infra-estrutura, transporte, respeito aos contratos, mão de obra local qualificada, etc.). Poucas regiões tomam parte ativa nesse processo por que esse empreendimento exige continuidade das políticas e um aparelho organizacional capaz de aglutinar preferências e coordenar as diferentes medidas paradiplomáticas que se destinam a promoção econômica no exterior e a busca por capitais forâneos para dinamizar a economia local (Michalet, 1999).

As estratégias de atração de investimento estrangeiro se desenvolvem através de diversos níveis: nacional, provincial, estadual, municipal ou local. Cada um dessas formas se distingue pelo seu modo de organização, recursos necessários, capacidade e alcance efetivos, etc. Em se tratando de estratégias concorrenciais mais especificamente, a literatura especializada identifica três grandes categorias de políticas de atração e investimento: as estratégias de promoção e marketing (*image building activities*), as de apoio ao investimento estrangeiro (*investment service activities*) e aquelas que visam atrair a entrada direta de capitais e implantação de investidores estrangeiros (*investment generating activities*).

Estas por sua vez se subdividem em três outras categorias: políticas de oferecimento de incentivos fiscais (taxação menor sobre os lucros ou sobre a propriedade); melhorias infraestruturais realizadas de modo geral ou específico com o propósito de beneficiar projetos de investimento em diferentes setores economicamente relevantes (transporte, educação, recursos humanos, saúde, etc.); o oferecimento de

incentivos financeiros e de subvenções diretas ou indiretas (condições especiais de importação, financiamentos reembolsáveis ou não, terrenos, subsídios ligados à pesquisa e ao desenvolvimento, subsídios ambientais e formação de mão-de-obra.). Esta ultima categoria de estratégias consiste, de modo geral, em oferecer uma série de estímulos ao investidor estrangeiro. A província de Québec é particularmente ativa nesse domínio (Charron, 2004: 184).

A promoção econômica de Québec apresenta um perfil comparável com poucas regiões hoje ativas no cenário internacional e se constitui em exemplo único fora da Europa desse tipo de iniciativa¹³. Para levar a cabo essa empreitada o governo da província criou um sofisticado aparato institucional e se articulou com a iniciativa privada para a consecução dos objetivos internacionais desse ente federado. A paradiplomacia econômica da região é realizada através de uma série de ações institucionais conjuntas. O MRI (*Ministère des Relations Internationales*) é um corpo técnico e diplomático de alto nível que é responsável pelas representações permanentes e missões diplomáticas em um considerável número de países e entes subnacionais com os quais Québec se relaciona.

O ministério de relações internacionais de Québec dispõe de um orçamento de mais de C\$ 105 milhões e conta com cerca de 580 funcionários, dos quais 231 servem em representações no exterior. A esse número se somam mais de uma centena de funcionários suplementares fornecidos por outros ministérios e órgãos governamentais que atuam em questões de comércio internacional, imigração e promoção cultural. (MRI on line 2008). Esse órgão se encarrega ainda da coordenação da política de atração de investimentos, guiando a atividade de outros ministérios, empresas públicas e de capital misto, além de colaborar com entidades privadas que promovem a entrada de capital e a instalação de firmas estrangeiras em Québec. Através de estreita cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Econômico Inovação e Exportação (MDEIE), essas instituições desempenham as políticas públicas e as atividades técnico-empresariais destinadas à atração de investimentos externos e a promoção econômica da região. Apesar dos cortes orçamentários pelos quais passou depois da mudança de governo ocorrida em 2003, esse complexo aparelho de paradiplomacia econômica tem logrado sucesso em seu empreendimento.

O MRI coordena ainda as missões que promovem os atrativos de Québec no exterior e apóia os esforços dos empresários que buscam novos mercados. Atualmente Québec possui uma complexa e imbricada network de atração de investimentos e paradiplomacia comercial que atua na concessão de crédito, financiamento e incentivos fiscais, no envio de missões ao exterior e promoção da vinda de técnicos estrangeiros, além de consultoria jurídica e comercial especializadas. Os principais membros dessa cadeia são o MRI, o Ministère de Développement Economique Innovation et Exportation, o MDEIE (Ministério do desenvolvimento econômico, inovação e exportação) a sociedade de Estado *Investissement Québec* (IQ), a organização privada Montréal International, as fundações *Cooperative Desjardins* e FTQ além da empresa mista *Société Générale de Financement* (SGF). Essa cartografia institucional, por assim dizer, é relevante para o entendimento da estratégia neo corporativa de Québec para assuntos de paradiplomacia econômica. Descrita nas suas linhas mais fundamentais, essas organizações atuam da seguinte forma:

¹³ Esse perfil de paradiplomacia econômica encontra paralelo com a atividade externa desenvolvida pela comunidade de Flandres na Bélgica e pela região autônoma da Catalúnia na Espanha. Estes dois governos exibem um *institutional set* bastante desenvolvido que se destina a promoção de sua identidade econômica regional.

O Ministério de Relações internacionais de Québec é fruto do processo de “*state building*” da província e possui mais de quarenta anos de atuação na promoção das relações exteriores da *Belle province*. Dentro do modelo de promoção da atividade econômica estabelecido em Québec nos últimos anos essa instituição corresponde ao principal braço do poder público da província envolvido nessa estratégia. Essencialmente o ministério cumpre as funções tradicionais de um órgão diplomático¹⁴ e atua como diretor geral, ou coordenador das medidas de paradiplomacia desenvolvidas pelo ente federado. Para a sua atividade principal o MRI conta com 28 bureaux no exterior divididos entre delegações gerais, delegações, escritórios de representação, “*antennes*” e representações em instituições multilaterais que estão presentes em quatro continentes¹⁵. Na atividade de paradiplomacia comercial e atração de investimentos externos o MRI atua como coordenador das atividades internacionais da província, jogando um papel fundamental na promoção econômica exterior de Québec. Ele coordena as *Missions Québec*¹⁶ que tem por objetivo promover os atrativos de Québec no cenário internacional, apoiar os esforços das empresas na sua busca por novos mercados e parcerias com investidores estrangeiros.

O MDEIE corresponde à instituição governamental mais propriamente econômica envolvida diretamente¹⁷ no modelo neo corporativo de promoção econômica internacional de Québec. O corpo técnico do MDEIE oferece apoio às empresas quebequenses que desejam penetrar os mercados estrangeiros, mantendo ao seu dispor um grupo de conselheiros especialistas em desenvolvimento industrial, ou de assuntos internacionais. Esse ministério também realiza pesquisas de mercado periódicas e atua

¹⁴ Uma análise pormenorizada do *modus operandi* do Ministério de Relações Internacionais de Québec não é possível aqui. Para uma visão detalhada dos procedimentos empregados pela diplomacia provincial e uma boa explanação a respeito dos marcos jurídicos da atuação do MRI ver: LEDUC, François. (2000) *Guide De La Pratique Des Relations Internationales Du Québec*, Québec, Ministère des Relations internationales. Uma edição revisada do mesmo material foi publicada em 2008.

¹⁵ As delegações gerais correspondem as mais importantes representações de Québec no exterior são dirigidas por um delegado geral e se encarregam de assuntos de economia, educação, cultura e imigração. As delegações gerais de Québec estão em Bruxelas, Londres, Nova York, Munich, Paris, Cidade do México e Tóquio. As delegações são postos diplomáticos de médio porte dirigidos por um delegado indicado pelo ministério. Suas atividades se desenvolvem nos setores de cultura, educação, economia, imigração e assuntos públicos. Québec dispõe de delegações em Atlanta, Chicago, Boston, Los Angeles e Roma. Os Bureaus correspondem ao terceiro nível na hierarquia das representações de Québec no estrangeiro. Esses escritórios são chefiados por um diretor apontado pelo ministro provincial das relações Internacionais e possui uma atuação limitada a um número menor de serviços (sobretudo comércio internacional e imigração). Atualmente os Bureaus de Québec se encontram em Washington, Bracelona, Viena, Pequim, Hong Kong, Shangai, Berlin, Damasco, São Paulo, Santiago e Mumbai. Os escritórios comerciais são dirigidos por um cidadão do país que o acolhe e se ocupa de assuntos específicos. Presentemente estão localizados em Milão, Santiago, Seul e Taipei. As representações em organismos multilaterais são as delegações de Québec que participam dos fóruns internacionais. São elas: a representação de Québec na Organização Internacional da Francofonia (OIF) e a representação de Québec ligada à delegação permanente do Canadá na UNESCO (MRI, 2009).

¹⁶ O ministério das Relações internacionais coordena, em estreita cooperação com os demais ministérios e organismos governamentais da província, diversas missões e atividades que se desenvolvem em Québec e principalmente no estrangeiro. As missões têm por objetivo difundir a imagem, a expertise e as vantagens do Québec; por em prática as grandes realizações quebequenses; apoiar os esforços das empresas- que atuam no domínio econômico, cultural ou outro- nas suas buscas por novos mercados; alargar a rede de contatos, de homens e de mulheres que poderão auxiliar na transmissão do posicionamento e realizações Québec e contribuir para a sua projeção internacional. (LEDUC, op cit).

¹⁷ O Ministère des Finances Du Québec possui uma atuação mais voltada à administração interna, mas também desenvolve atividades junto ao MRI e o MDEIE para a promoção internacional de Québec.

junto às missões comerciais na França e em outros países e unidades subnacionais (Catalúnia, Bavária, Valônia e Flandres). No plano da busca por inserção empresarial no exterior, o Ministério de Desenvolvimento Econômico Inovação e Exportação oferece aos empresários quebequenses um suporte para a criação de um plano de atuação internacional atuando junto às representações de Québec presentes pelo mundo.

A *Investissement Québec* é uma sociedade de Estado (empresa pública) que tem como missão favorecer o crescimento de dos investimentos em Québec¹⁸, contribuindo assim para a abertura de empresas e para a criação de empregos. Para tanto a instituição oferece uma vasta gama de serviços financeiros dentre os quais se notabilizam a concessão de crédito complementar, o acompanhamento dos projetos de implantação e expansão de empresas estrangeiras em Québec tanto em matéria de consultoria como de financiamento. A IQ propõe diferentes medidas para as firmas que desejam se estabelecer na região afim de que estas possam se beneficiar da obtenção de crédito e de impostos vantajosos. Seus programas de financiamento oferecem uma garantia aos pequenos e médios empresários.

O Programa de Apoio Estratégico ao Investimento auxilia os maiores investimentos oblíquo na província. Notabilizam-se também os Fundos de Intervenção Econômica Regional (FIER) que também disponibiliza financiamento para empresas que desejem desenvolver suas atividades em Québec. O capital inicial investido nesse fundo é proveniente na sua maioria dos fundos de solidariedade da FTQ e da Cooperativa Desjardins que oferecem financiamento aos investidores sob a forma de capital de risco. A Investissement Québec conta com vários escritórios espalhados pela província além de seis escritórios no exterior (Paris, Nova York, Londres, Los Angeles, Munique e Chicago).

A *Société Générale de Financement* (SGF) é uma holding criada pelo governo de Québec em 1962 ainda durante a Revolução Tranquila para funcionar como mecanismo de desenvolvimento econômico provincial. A SGF se constitui em uma empresa de capital misto que tem como principal missão a participação direta no capital dos empreendimentos na província e o suporte a criação de novas empresas. A Sociedade Geral de Financiamento atua na atração de inversões para a província através do estabelecimento de parcerias com firmas que desejem investir nas empresas quebequenses. A instituição é acionista de várias firmas locais em diferentes segmentos da economia. Sua parceria se estende a empresas que possuem sociedade ou que realizam compras regulares de outras firmas estrangeiras. Devido a essa capacidade acionária a organização é também um elemento ativo na estratégia paradiplomática de atração de investimentos estrangeiros para Québec (Particularmente depois de sua reestruturação ocorrida em 1998)¹⁹. A instituição gerencia ou participa ativamente dos maiores investimentos da região. Em 2007 os investimentos da SGF totalizaram cerca

¹⁸ Documento institucional da Investissement Québec. Material disponível on line em: http://www.investquebec.com/documents/fr/publications/CV_institutionnel2007_fr.pdf

¹⁹ Em 1998 a SGF colocou em ação um ambicioso plano de desenvolvimento cujo objetivo principal era realizar investimentos da ordem de 10 bilhões de dólares em um período de cinco anos. Este plano provocou uma reestruturação da Sociedade, que doravante passou a ocupar escritórios em Montreal, Québec e Saint-Hyacinthe. Além disso, o SGF abriu-se a novos domínios de prospecção e de investimento, alargando o seu campo de ação. Em Julho, a SGF se associou a quatro sociedades de Estado: REXFOR, SOQUIA, SOQUEM ET SOQUIP. A partir de então, estas empresas, cuja missão de desenvolvimento econômico é dedicada a setores industriais específicos, começaram a se apoiar sobre a rede internacional e as capacidades financeiras do SGF.

de 870 milhões de dólares (dos quais 223 milhões foram destinados a novas empresas), gerando 9.580 empregos diretos e indiretos em empreendimentos estabelecidos em Québec.

A *Cooperative Desjardins* é uma instituição financeira fundada em Lévis, Québec, no início do século xx (1900) pelo militar, jornalista e empresário Gabriel Alphonse Desjardins. A cooperativa é considerada a primeira caixa econômica da América do Norte. Seu modelo de operação fundamental se baseia na oferta de opções de investimento e na concessão de financiamento popular (com taxas mais baixas do que as usualmente praticadas no mercado) para pessoas físicas e também para empresas. Durante mais de cem anos de atuação o banco alcançou uma notável expressão dentro e fora da província, operando um imenso volume de capitais. Em Québec trata-se de um ator econômico de primeira grandeza, controlando cerca de 44% das poupanças e 37 % das hipotecas²⁰.

O Grupo Desjardins é um dos principais grupos econômicos do Canadá, figurando entre as cem maiores instituições financeiras do mundo e entre as vinte e cinco maiores da América do Norte. Dentro da estratégia combinada de atração de investimentos para Québec sua principal função tem sido a de oferecer financiamento sob a forma de capital de risco aos investidores interessados em desenvolver atividades na região, seja de forma autônoma ou associada às empresas locais (modelo mais apoiado pelo governo). Em 2001 a cooperativa passou a atuar ainda mais ativamente ao lado do governo de Québec na atração de investimentos para a região.

Em 21 de junho desse ano a Assembléia Nacional aprovou a criação Fundo de Capital Regional e Cooperativo Desjardins. Este fundo é gerido pela Desjardins Capital de Risco e desde sua criação tem passado por um rápido crescimento, tendo o seu capital acionário aumentado de 80 milhões de dólares (americanos) para 860 milhões em 2008. A alocação desses recursos privilegia as firmas locais, beneficiando preferencialmente as micro-empresas e empreendimentos de médio porte. Assim, 60% desse capital é investido nas pequenas e médias empresas enquanto que o restante, isto é, 40% é investido em obrigações e garantias a fim de preservar o valor do capital durante os anos e assegurar a disponibilidade de liquidez e, se necessário, o reembolso das ações.

A *Fédération des Travailleurs du Québec* (FTQ) é a maior central trabalhista da província congregando a maioria dos empregados no setor privado e uma parcela relevante dos servidores públicos quebequenses. Esta organização corresponde a mais uma peça relevante no aparelho de promoção econômica provincial. Essa importância se deve aos chamados Fundos de Solidadriedade da FTQ. Esse mecanismo financeiro foi criado pela entidade trabalhista com apoio estatal depois que a profunda recessão dos anos 1980 levou a um grande número de falências em Québec, sobretudo entre as pequenas e médias empresas. O fundo consiste em uma sociedade aberta que investe em todos os setores da economia provincial. As ações do fundo podem ser compradas por qualquer contribuinte filiado a um dos sindicatos que integram a FTQ. Basicamente os rendimentos acionários dos participantes do fundo são considerados um investimento para a aposentadoria dos trabalhadores quebequenses.

Entretanto a participação de um grande número de acionistas do fundo em empresas estrangeiras instaladas na província que abrem uma parcela de seu capital acionário para compra de investidores de Québec é considerado um fator de forte incentivo a transferência de empresas para a região. Desde sua criação em junho de 1983 até 2008, quando completou 25 anos, o fundo já movimentou 6,4 bilhões de

²⁰ Institut de la Statistique du Québec

dólares²¹ (americanos), convertendo-se em um ator econômico extremamente relevante na *Belle province*. Atualmente os acionistas dos fundos de solidariedade somam mais de 570 mil, com investimentos em todos os ramos da economia da província.

A *Montréal International* (MI) é uma organização criada em 2000 com o propósito de promover o desenvolvimento econômico e projetar internacionalmente a região da grande Montreal (composta por 82 municípios com 3,7 milhões de habitantes, sendo também a área mais urbanizada da província). A MI atua em parceria com o governo federal e provincial para atrair investimentos externos, aumentar a presença de organizações internacionais em Montreal, facilitar a alocação estratégica de trabalhadores estrangeiros, acelerar o desenvolvimento de pólos econômicos e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento. A Montreal International é integrada por empresas privadas e de capital misto, totalizando quase cem membros associados. Desde sua fundação, a MI esteve envolvida e 422 projetos de investimento estrangeiro, totalizando cerca de \$6,3 bilhões. Estes investimentos foram responsáveis pela criação de aproximadamente 31.500 empregos na região.

A articulação dessas instituições dotadas de perfil diferenciado demonstra uma clara idéia de complementaridade. De um lado se encontram organismos destinados a favorecer a entrada de empresas quebequenses nos mercados internacionais na América do Norte e no resto do mundo. Outras promovem a atração de investimentos estrangeiros diretos e parcerias estratégicas com o propósito de favorecer o desenvolvimento regional, oferecendo financiamento e participação acionária. Esse modelo demonstra a existência de uma estratégia público-privada de paradiplomacia econômica.

O Ministério das Relações Internacionais realiza encontros periódicos com os representantes dessas organizações e com empresários a fim de coordenar as suas atividades, fazer balanços das medidas implementadas e estabelecer diretrizes conjuntas de atuação. Muito embora seja atribuída ao MRI a função de coordenar essa rede, o aparato de promoção econômica de Québec uma estrutura de atuação altamente flexível. Cada elo dessa corrente tem sua função e possui um nível razoável de autonomia para exercer suas atividades seguindo orientações gerais estabelecidas entre os diferentes membros que as compõe. As empresas públicas, organismos governamentais, empresariais e os fundos de investimento possuem uma grande especialização e são dotados de um aparato organizacional que lhes permite atuar de modo autônomo e interdependente.

A posição oficialmente defendida pelo governo de Québec parte do pressuposto de que o setor privado é o motor que impulsiona o desenvolvimento econômico, pois este dispõe de meios eficientes para empreender livremente no mercado e assegurar o funcionamento de suas atividades. O papel do governo consiste primeiramente em instaurar um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento das empresas. Entretanto, o poder público dispõe de mecanismos que lhe permitem se associar a um ator privado. Para tanto determinadas condições são estabelecidas pela estratégia econômica do governo provincial. Basicamente as autoridades quebequenses

²¹ FTQ (2008), Prospectus Simplifié, PLACEMENT PERMANENT, 25e édition- Actions de catégorie

«A» série 1 pour transfert dans un REER ou un FERR série 2 pour détention hors REER. Disponível em :

[http://www.fondsftq.com/internetfonds.nsf/VWebFich/F1474/\\$File/Prospectus08_FR_v6_final.pdf](http://www.fondsftq.com/internetfonds.nsf/VWebFich/F1474/$File/Prospectus08_FR_v6_final.pdf)

estabelecem que os particulares que desejem apoio técnico e financeiro para por em prática um dado projeto assumam a maior parte dos custos e assumam os riscos ligados a qualquer empreendimento empresarial²².

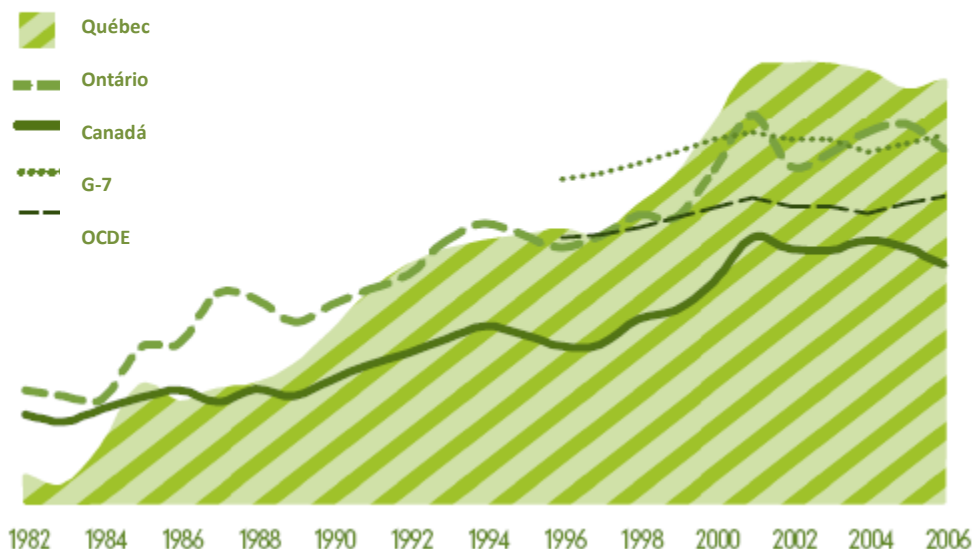
O governo provincial não tem condições de controlar estritamente as ações das firmas particulares instaladas em Québec e nem como disciplinar totalmente os fundos acionários que se guiam pela lógica maximizadora do mercado. Em decorrência disto, as políticas adotadas por Québec agem no sentido de criar incentivos para que os empreendedores desenvolvam suas atividades na província possibilitando-lhes uma margem vantajosa de lucros e recebendo deles os benefícios decorrentes de desenvolvimento de suas atividades na região e aplicação de seus capitais na economia local (arrecadação, geração de emprego e renda, etc.). Da mesma forma as políticas de projeção econômica internacional, procuram disponibilizar mecanismos que realizam a interface entre as indústrias e firmas de Québec com os mercados estrangeiros. Nos dois casos o relacionamento bastante próximo entre o poder público e os atores privados se desenvolve sobretudo por meio do fornecimento de um aparato técnico burocrático estatal que auxilia os empresários e os investidores a desenvolver seus negócios dentro e fora de Québec.

No caso específico da busca por mercados internacionais as *Missions Québec* e os postos do MRI no exterior representam um fator de primeira ordem, pois são, por assim dizer, as “cabeças-de-ponte” que promovem internacionalmente as vantagens de Québec e atuam como conselheiros, ou intermediários de acordos comerciais no estrangeiro. O MDEIE promove também palestras com especialistas e seminários temáticos que visam fornecer aos particulares um prospecto geral dessas medidas e estimulá-los a se engajar nas parcerias público-privadas de comércio internacional e atração de investimentos externos.

Por fim, a essas parcerias entre os particulares e o governo quebequense se somam os incentivos fiscais e os investimentos em infra-estrutura, qualificação da mão de obra local e estímulo à imigração de trabalhadores estrangeiros qualificados que tem tornado Québec uma economia extremamente competitiva. Os dados revelam que os campos privilegiados pelos investidores em Québec são os seguimentos de transportes e os setores de biotecnologia. Significativa parcela do produto interno bruto de Québec é destinada ao investimento em C&T (Pesquisa e desenvolvimento de ciência e tecnologia). Essa forma de gerenciar a atividade econômica internacional se deve em grande medida ao forte passado intervencionista do Estado Québécois, o qual por sua vez encontra grande correspondência com o nacionalismo subestatal.

²² Em documento oficial do MDEIE publicado em 2005 pode-se ler que «Le secteur privé est le moteur du développement économique. Ce dernier tient au dynamisme des entrepreneurs qui bâtissent des entreprises, à la compétence et au professionnalisme des travailleurs qui assurent leur fonctionnement de même qu'à la capacité des investisseurs à appuyer leur développement. Le rôle du gouvernement consiste d'abord à mettre en place un environnement d'affaires propice au développement des entreprises. Le secteur privé doit assumer sa part de risque dans les projets économiques. Le gouvernement est disposé à aider techniquement et financièrement un projet, mais il exigera toujours que les partenaires privés participent de manière significative au financement du projet et qu'ils en soient les maîtres d'œuvre afin d'éviter des situations déplorables... » MDEIE, (2005) *Stratégie Gouvernementale de Développement Economique*, Québec, Direction générale des communications. Disponível on line : www.mdeie.gouv.qc.ca/fileadmin/sites/internet/documents/publications/pdf/poldevcom/poldevcom.pdf

Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (em % do PIB)



Quadro 3- Despesas em Pesquisa e Desenvolvimento (1982-2006) ²³

Istituto de la Statistique du Québec

A falta de homogeneidade e o processo de formação do Canadá enquanto Estado Nacional conduziu a formação de um federalismo anômalo que tem em Québec um componente distinto, que esteve durante muitas vezes às vésperas de um divórcio político. Desde o ato de 1867, Québec tem demarcado o seu status distinto dentro da federação. As mudanças políticas ocorridas na província fizeram com que mudassem também os atores que faziam essas reivindicações.

O movimento político de afirmação da identidade *québécoise* teve início ainda com os democratas cristãos na sua defesa dos valores tradicionais dos “canadenses franceses” e em seu esforço em criar condições para a efetiva industrialização da província durante os anos 40 e 50. Esse processo se desenvolveu paulatinamente até a emergência de um paradigma progressista social-democrata que conduziu a comoção independentista dos anos da Revolução Tranquila, marcando a chegada do Parti Québécois ao poder. As transformações políticas seguiram até o estabelecimento do nacionalismo moderado dos liberais do PLQ que souberam explorar bem as virtudes do pragmatismo e aproveitar o momento propiciado pelas transformações que vinham do cenário externo. Uma característica, entretanto permaneceu inalterada diante de todas essas mudanças: a forte convicção de que o *demos* de Québec é separado do conjunto do Canadá e que as instituições deveriam então refletir essa realidade (Erk, 2008).

Conservadores, soberanistas, social-democratas, autonomistas e liberais quebequenses empregaram recursos politicamente valorizados, empenhando-se para

²³ OCDE e G-7 considerados na média do gasto do PIB dos países integrantes com pesquisa e desenvolvimento no período relatado.

construir na província um ordenamento que se diferencia do Canadá inglês em muitos aspectos. Obviamente as questões identitárias são relevantes, mas as conseqüências políticas desse fenômeno precisam ser levadas em consideração para viabilizar o entendimento não apenas da paradiplomacia, mas de toda a atividade política que se desenvolve em Québec. Criar instituições identificadas com a realidade local e com o modo de ser e de agir dos cidadãos é uma forma de lidar com os problemas inerentes a escolha pública, mas é também uma forma empregada pelos atores políticos provinciais chegarem ao poder e lá permanecerem. Assim, os principais partidos políticos vêm na preservação do status diferenciado do Québec uma dupla vantagem: essa prática lhes permite tanto assegurar uma forma de obter benefícios eleitorais quanto de “blindar” a política da *Belle Province* contra a federalização, que acabaria por reduzir o seu poder relativo e o seu nível de influência nessa unidade subnacional.

Dessa forma, enquanto no restante do país a idéia uma nação canadense se traduz em políticas federais adotadas na maior parte do território sob os auspícios de Ottawa e de acordo com a divisão de poderes vigente no Canadá, Québec resiste a integração plena e continua adotando tanto quanto possível seu próprio modelo de gestão da atividade governamental. Essa prática é indissociável do componente cultural distinto e da natureza do jogo político que se estabeleceu na província. O nacionalismo subnacional de Québec teve no intervencionismo estatal o seu patamar possibilitador durante vários anos. A própria projeção no plano internacional está diretamente ligada a essas questões identitárias, as quais, por sua vez, se relacionam diretamente com as políticas de desenvolvimento econômico da região.

A chegada de uma nova construção na qual as capacidades de atuação exclusiva e direta do poder público para levar adiante esse elemento de promoção internacional se reduziram sensivelmente cobrou uma atitude dos tomadores de decisão. De um lado, colocava-se a necessidade de promover políticas públicas eficientes e de assegurar a defesa dos interesses distintos do Québec no âmbito da federação canadense (e eventualmente no exterior); de outro se estruturava rapidamente uma ordem internacional caracterizada pelo recuo do Estado e pela intensificação dos fluxos integrados da economia mundial, que desafiava as capacidades de tomada de decisão tradicional dos governos. Abrir mão da participação do poder público na organização das atividades produtivas e geradoras de renda em Québec não era uma alternativa politicamente viável devido à presença de estruturas baseadas no modelo de bem-estar social bastante desenvolvidas na província e aprovadas pela maioria dos eleitores.

A desregulamentação da primeira onda globalizante que via o mercado enquanto mecanismo alocador de recursos mais eficiente não encontraria muito apoio em um corpo político como Québec, pois semelhantes medidas seriam vistas como algo muito impopular. Além disso, abrir-se ao estrangeiro de modo irrestrito poderia colocar em risco a defesa do componente identitário distinto da *Belle Province*. Todavia, deixar de participar ativamente do processo de internacionalização da economia, se fechando num modelo paroquial teria resultados extremamente negativos para Québec, impedindo que a província aproveitasse a oportunidade ensejada por essas transformações. Não era mais possível manter o padrão anterior sem que isso levasse ao sério desequilíbrio financeiro provocado pelo aumento dos gastos públicos e principalmente pela não adesão às trocas internacionais e conseqüente isolamento econômico. Esse quadro tornou-se ainda mais verdadeiro depois que os países da América do Norte colocaram em prática o seu processo de integração regional.

Que alternativas restariam então para os *policymakers* diante desse impasse? A decisão dos gestores provinciais consistiu em adotar uma via intermediária que lhes propicia-se o máximo retorno em termos de recursos politicamente valorizados. Assim,

colocaram em prática um processo que permitia à região se ocupar tanto da promoção do desenvolvimento econômico quanto a afirmação identitária de Québec. Esse curso de ação escolhido fez com que a política econômica e a promoção cultural (agora sem aspirações secessionistas) da província passassem a se ligar de forma mais direta ao desdobramento das políticas provinciais no plano político externo. Essa estratégia foi construída ao longo de cerca de vinte anos de tensa e disputada atividade política, conduzindo ao surgimento de novas instituições e a reestruturação de outras organizações ligadas a esse processo. Assim, o intervencionismo e o nacionalismo não cessaram em absoluto de existir, mas passaram por uma significativa reformulação.

Esses acontecimentos demonstram, antes de mais nada a importância dos legados na condução do ator político investigado no ambiente decisional sujeito a constrangimentos externos e ao problema da assimetria informacional. Da mesma forma a adoção e implementação do modelo “Québec Inc” (Keating apud Lachapelle; Paquin, 2003) explicita a dimensão estratégica do comportamento dos atores políticos subnacionais submetidos a um complexo conjunto de relações intergovernamentais e internacionais.

À primeira vista pode parecer surpreendente que se estabeleça uma correlação entre a globalização o avanço dos nacionalismos subnacionais e o frio cálculo político, posto que essas realidades parecem antagônicas. Entretanto, mais uma vez os elementos listados não são mutuamente excludentes em se tratando de paradiplomacia. A escalada do nacionalismo local é, em grande medida, “uma manifestação da contemporaneidade”²⁴. Os nacionalismos provinciais ou minoritários correspondem obviamente ao fruto de trajetórias históricas particulares, sendo portanto difíceis de serem definidos em termos mais abrangentes. Via de regra pode se considerar que o sentimento de pertencimento a uma comunidade política e a idéia de diferenciação de uma unidade minoritária presente no seio de um Estado Nacional é que promove esse tipo de atividade.

A globalização não criou as identidades locais, mas lhes deu um novo contexto de atuação em que o local e o internacional se conectam muito mais fortemente do que antes. A possibilidade de tornar o local internacionalmente conhecido representa uma forma de multiplicar a potência de unidades subnacionais e contribuir para a normalização de sua paradiplomacia (Prieto, 2005). Contudo, essa possibilidade depende de condições políticas que precisam ser engendradas pelos próprios atores interessados e de outras condições externas que podem beneficiá-los. Não se estrutura, pois uma relação espontânea na qual paradiplomacia identitária (ou de qualquer outro tipo) se intensifica automaticamente à medida que avança o fenômeno globalizante.

A literatura acadêmica sugere que a preexistência de um sistema federal, ou de uma ordem política de estruturas descentralizadas representa uma condição propícia ao desenvolvimento da internaconalização do nacionalismo provincial. Efetivamente os exemplos mais apontados e conhecidos desse tipo de fenômeno são identificados em sistemas federais (Québec, Flandres, País Basco, Catalunha e Galícia). Os governos subnacionais possuem diferentes níveis de poder relativo como qualquer outro ator político. Dependendo da ordem em que estão inseridos podem se projetar mais ou ter suas capacidades limitadas em termos de ação paradiplomática.

Dois componentes institucionais jogam um papel importante: o tipo de federalismo vigente no país que comporta o governo subnacional e a natureza do processo de integração regional. Como já foi demonstrado, o federalismo canadense

²⁴ Stéphane Paquin, (2001), *La Revanche des Petites Nations: Le Québec, L'Écosse et La Catalogne face à la mondialization*, Montréal, VLB, p.96.

oferece efetivas condições de atuação externa de suas províncias devido a questões históricas e ao vazio constitucional. Já a formação do bloco econômico intensificou as relações comerciais e os níveis de cooperação entre os governos subnacionais na região. Esses fatores se somam com as instituições criadas pelos próprios governos subnacionais para conduzir suas incursões paradiplomáticas. Esse aparato organizacional, quando detém efetivas condições de funcionamento e continuidade das atividades ao longo da sucessão dos governos é capaz de promover um grande volume de ações internacionais.

Em Québec o nacionalismo provincial foi durante muitos anos o principal motivo para a criação de instituições políticas distintas daquelas que existiam no restante do Canadá. Isso inclui certamente o MRI e a rede a ele hoje associada para o gerenciamento das medidas paradiplomáticas da província. Mas, esse elemento passou por uma reformulação que o tornou compatível com a abertura dos mercados. A preservação de sua identidade diferenciada do restante do Canadá e a promoção de sua cultura no exterior continuam, todavia a idéia de uma “identidade econômica regional” é a tradução da conjunção das condições trazidas pela globalização econômica, o nacionalismo provincial e a capacidade de adequação dos atores provinciais na sua competição por recursos politicamente valorizados.

O Modelo público privado de promoção econômica internacional e atração de investimentos externos possuiu vitalidade também devido às possibilidades de cooperação intergovernamental que apresenta. Desde que adotou esse formato de atividade paradiplomática Québec encontrou mais condições de equilibrar a sua difícil relação com o poder central e de estabelecer mais parcerias com outros governos subnacionais.

Cooperação Federal-Provincial e Conflito

O Canadá é um Estado nacional dotado de um elevado grau de peculiaridade. O processo de institucionalização política desse país engendrou o estabelecimento de uma ordem que congrega diferentes institutos administrativos, formando um complexo arranjo político. Do ponto de vista jurídico formal, o Canadá é uma monarquia parlamentar, tendo o monarca reinante da Inglaterra (presentemente a rainha Elizabeth II) como chefe de Estado e o primeiro ministro eleito por voto da assembléia como seu chefe de governo. O Canadá possui além do chefe de Estado (monarca) e do chefe executivo indicado pela maioria parlamentar, um governador geral apontado pela coroa britânica, mediante consulta ao primeiro ministro, para representar a casa real²⁵ em questões cerimoniais e constitucionais na federação canadense (incluindo dentre essas atribuições um poder de veto das resoluções parlamentares raramente exercido).

O país se organiza político-administrativamente em uma federação fundada na segunda metade do século XIX que conta com quatro níveis de governo constitucionalmente reconhecidos: o governo federal, o governo provincial, territorial²⁶

²⁵ A priori o mandato do governador geral do Canadá não tem um tempo predefinido, porém convencionou-se que este dignitário de coroa britânica deve ocupar o cargo de vice-rei por um período de aproximadamente cinco anos. Uma outra prática costumeira no tocante ao exercício do cargo consiste em o monarca indicar alternadamente um governador geral anglófono e outro francófono com o propósito de manter uma paridade entre os dois povos “povos fundadores do Canadá”.

²⁶ A constituição canadense não concede a os territórios autoridade para se governar de modo completamente autônomo. O chefe de um governo territorial é um comissário nomeado pelo governo federal. Todavia existem nesse nível administrativo assembleias legislativas eleitas pelo voto dos

e o governo municipal. Estas esferas administrativas possuem suas respectivas competências definidas em termos gerais e específicos pelos artigos 91 e 92 pela lei constitucional de 1867. O país apresenta também um legislativo bicameral de tipo Westminster que conta com uma câmara dos comuns, cujos representantes são eleitos diretamente pelo voto dos cidadãos em 308 distritos eleitorais, e com um senado composto por membros indicados pelos governos provinciais. Todas essas instituições são regidas por uma constituição amplamente não escrita de tradição britânica, tornando o Canadá um corpo político muito diferenciado.

Em virtude de seu processo de formação singular; do desprendimento gradual do Reino Unido, o Canadá permaneceu a maior parte de sua história como uma espécie de “não nação” que apenas muito recentemente adquiriu uma personalidade internacional autônoma. Quando o governo federal canadense se arrogou o direito de conduzir suas relações internacionais (principalmente depois da II Guerra Mundial) se deparou com atores provinciais dotados de uma alta capacidade de gerir suas próprias questões e de se projetar para o exterior na eventualidade de seus assuntos se desdobrarem para o âmbito internacional. As províncias canadenses sempre gozaram de um alto nível de autonomia. De fato, aquilo que hoje se entende por governos subnacionais canadenses já correspondiam a unidades políticas responsáveis pela administração ordinária antes mesmo de o Canadá ser instituído e da cidadania desse país ser oficializada em 1947 (através do Ato de Cidadania Canadense).

Diante disso não é surpreendente que as relações federal-provincial nesse país sejam muito delicadas apesar da relativa homogeneidade presente entre os entes federados do Canadá inglês. A história do Canadá é permeada pela presença do separatismo provincial. As províncias de Terra Nova e Labrador, New Brunswinck, Manitoba, Columbia Britânica, Nova Escócia e principalmente Québec encamparam movimentos separatistas que questionaram o modelo político adotado pelo novo país, buscando a independência em algum momento.

A maioria dessas tentativas se desenvolveu ainda durante o século XIX²⁷ sob os ventos da instituição da confederação, mas a idéia secessão imprime fortes contornos à política nacional mesmo na atualidade, sobretudo por conta do fator francófono. No tocante a prerrogativa da condução das relações internacionais do país bilíngüe, a constituição original não deixa claro a quem pertence à prerrogativa de conduzir as relações internacionais do Canadá.

Depois de uma resolução adotada pelo Privy Council sobre as convenções trabalhistas (1937) estabeleceu-se no país uma jurisprudência a respeito dos tratados internacionais ratificados pela autoridade federal que tocam os campos de competência dos governos provinciais. Ficou estabelecido que nada obriga os entes federados a aplicar as disposições dos acordos celebrados internacionalmente pelo Canadá. Isso significa que nesse país não se processa o mesmo que na imensa maioria dos Estados federais, em que a autoridade federal se engaja por tratado no estrangeiro e as cláusulas do acordo passam a ser adotadas por todo o país como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, ou no Brasil.

cidadãos que possuem diferentes regras eleitorais e maneiras de indicar seu equivalente a primeiro-ministro.

²⁷ Alguns desses movimentos separatistas fora de Québec permanecem em atividade no Canadá inglês, logrando inclusive eleger representantes para as assembléias provinciais, porém sem consistir em uma preocupação muito séria para a Federação Canadense. Em Québec, onde o separatismo tem antigas raízes, existem hoje mais de uma dezena de movimentos soberanistas formalmente reconhecidos, ocupando as mais diversas tendências ideológicas.

No Canadá os preceitos do contrato somente entram em vigor após serem incorporados ao direito interno por uma lei que valide a sua devida aplicação. Sempre que os artigos do tratado interferirem na legislação provincial será necessário que as autoridades locais as incluam em seu ordenamento jurídico. Na federação canadense também não acontece como em outras federações como a Alemanha, em que o governo federal assina acordos no exterior ad referendum dos governos locais sempre que estes interferem em sua esfera de atribuições. Não existem no Canadá instrumentos institucionais formais que permitam realizar consulta às províncias antes de celebrar tratados com outros países ou organizações internacionais.

O caso de Québec é marcado pela presença de conflitos entre as diferentes esferas de governo. A existência de um federalismo de tipo aberto no Canadá muito embora corresponda a um incentivo a paradiplomacia não se mostra em absoluto isento de choques entre o governo central e seus entes federados. O governo da província apresenta muitas vezes um posicionamento divergente daquele apresentado pelas autoridades federais no concernente a política externa. As políticas de afirmação cultural no exterior de Québec foram durante muito tempo hostilizadas pelas autoridades federais, pois estas temiam que a província estivesse reunindo apoio estrangeiro para a formação de um Estado soberano (O que foi verdadeiro em mais de uma ocasião, mas que nunca chegou a se desenvolver muito além da França Gaullista). Atualmente, com a perda de espaço dos movimentos independentistas e ascensão de movimentos que clamam não pela criação de um país soberano, mas sim por uma maior autonomia provincial, a paradiplomacia identitária passa mesmo a ser vista por importantes setores do governo central como a promoção da idéia de um Canadá bilíngue e culturalmente diverso.

Devido à preocupação de Québec com o seu caráter cultural distinto, a sua paradiplomacia também se dirigiu por mais de uma vez à busca de um papel significativo na mais importante organização de preservação mais cultural do mundo: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO). O governo central, entretanto, via com muitas reservas essa tentativa de Québec de se aproximar desse órgão da ONU. Existia o receio de que a *Belle Province* estivesse criando condições para o estabelecimento de um futuro Estado independente, ou que as iniciativas de Québec junto a UNESCO acabassem por desacreditar o Canadá no cenário político internacional, exportando para o exterior as divergências domésticas presentes no interior da federação canadense. Com o arrefecimento do independentismo provincial, o governo de Ottawa começou a flexibilizar o seu posicionamento. Porém a autoridade central seguiu mantendo reservas quanto à participação de Québec em organizações internacionais.

A situação permaneceu até que no início de 2006, atendendo as reivindicações do *Bloc Québécois*, o governo federal canadense reconheceu Québec como uma “nação” dotada de cultura e organização própria no seio do Canadá. Assim, ocorreu a concretização de um dos maiores desejos dos autonomistas quebequenses: o reconhecimento oficial daquilo que na prática já se verificava desde o período anterior a confederação. O Governo Federal do Canadá assinou um acordo com o Governo de Québec garantindo à participação desse ente subnacional na delegação permanente do país na UNESCO. Essencialmente o acordo permite que o representante provincial participe de todas as reuniões e grupos de trabalho da delegação canadense em Paris.

A cooperação em matéria cultural pode ser vista como a inauguração de um novo padrão de relacionamento entre os governos federal e provincial. Mas, precisa ser igualmente compreendida como fruto da dinâmica política interna de Québec e do Canadá. O bloco precisava de uma conquista importante para mostrar a seus eleitores a

força e a eficácia de seus princípios autonomistas e o governo Harper não poderia prescindir do suporte do terceiro maior partido na Câmara dos Comuns do Canadá. Apesar das discordâncias que se verificam, os dois governos colaboram ainda em determinados campos como a política de imigração, na qual Québec tem assegurada uma cota diferenciada e uma grande autonomia na gestão dessa política pública, e principalmente na promoção econômica.

Nesse último aspecto existe uma maior possibilidade de convergência de interesses e cooperação entre os relatados atores políticos. A necessidade de que as unidades federadas aprovelem os tratados internacionais celebrados pelo governo federal expõe o Canadá ao surgimento de graves impasses diplomáticos e crises governamentais, prejudicando consideravelmente a capacidade do país de celebrar acordos no exterior. Diante desse quadro, o governo central buscou mecanismos capazes de conciliar, ou amenizar as diferenças com os entes federados.

A idéia original surgiu ainda nos anos 1980 quando o DFAIT passou a convidar autoridades provinciais para se juntar as missões comerciais do ministério na condição de observadores. Como decorrência dessa iniciativa, foi criado na década de 1990 um arranjo institucional que permite que as províncias enviem representantes para acompanhar o ministro do comércio internacional e os diplomatas federais nas rodadas de negociação no exterior. Essa iniciativa visa permitir que as unidades subnacionais possam se interar das cláusulas das ententes que tocam suas competências e se pronunciar a respeito das mesmas.

O referido mecanismo foi criado com o propósito de reduzir os custos associados à negociação do Canadá com outros países em questões comerciais. Dessa forma, permite-se que as autoridades dos governos subnacionais participem de alguma maneira das negociações. Com isso o Canadá evita se comprometer com cláusulas de tratados comerciais que possam ser rejeitados pelas províncias, se tornando, portanto letra morta. Todavia, essa parceria não corresponde a um canal oficial, ou a um instrumento formalizado de consulta as unidades federadas em questões de relações internacionais, não apresentando uma legislação específica e se restringindo as questões de comércio exterior. Desde 1995 as missões comerciais do Canadá têm adotado o mesmo modelo de funcionamento. As incursões ao estrangeiro são capitaneadas pelo ministro do comércio internacional que é acompanhado de seus equivalentes provinciais. As missões comerciais do Canadá têm sido realizadas em um país específico, ou em um grupo de parceiros econômicos potenciais ou reais do Canadá em uma dada região, reduzindo os custos de transação relativos à negociação federal-provincial para o comércio exterior²⁸.

Em 1994, durante o governo liberal do primeiro ministro Chrétien, foram criadas as chamadas “Équipes Canadá” (*Canada Team; Équipe Canadá*). Estas iniciativas são uma espécie de parceria federal-provincial de grande monta que promovem as relações comerciais do Canadá no exterior. As equipes são compostas pelo primeiro ministro do Canadá (oficialmente considerado o chefe da equipe), pelo o ministro do comércio

²⁸ As missões comerciais lideradas pelo ministro do comércio exterior com a presença dos ministros provinciais se desenvolveram nos seguintes países: Brasil-Argentina e Chile (1995); Itália (1998); Polônia e Ucrânia (1999); Arábia Saudita, Emirados Árabes, Israel e Gaza (1999); EUA (Vale do silício, São Francisco) (1999); Irlanda (1999); Austrália (2000); Rússia (2000); Eslovênia-Hungria, Eslováquia e República Checa (2000); Marrocos- Argélia- Espanha e Portugal (2000); Índia (2002); México (2002); África do Sul-Nigéria e Senegal (2002); Brasil (2004); China (2005); Arábia Saudita e Emirados Árabes (2006); Índia (2006); Kazaquistão (2007); Costa Rica e Panamá (2007); Uruguai-Argentina e Chile (2008); África do Sul (2008) e Líbia (2008) (DFAIT, 2009).

internacional, pelos primeiros ministros provinciais (ou por seus representantes indicados), pelos ministros das pastas econômicas e pelo ministro das relações internacionais de Québec. Esse arranjo político torna possível que os ministros do comércio, técnicos provinciais possam integrar as missões de promoção comercial do país no exterior, expondo os atrativos das regiões para os eventuais parceiros econômicos do Canadá. Devido ao seu porte, as operações das equipes Canadá são realizadas em menor quantidade de que as missões comerciais.

Depois um período de tensões em que não integrou as delegações conjuntas, Québec percebeu as vantagens de se utilizar da estrutura propiciada por esse mecanismo. Os últimos primeiros ministros de Québec (tanto social democratas quanto liberais) têm aceitado que seus ministros da área econômica e especialistas participem regularmente das equipes Canadá. Além disso, o governo provincial tem incentivado a participação de empresários nas visitas das equipes Canadá no exterior. Assim, a província tem enviado não apenas autoridades locais como também representantes de setores considerados estratégicos de sua economia que visam inserção no exterior e que buscam atrair investimento para a região.

A identificação de interesses entre as autoridades centrais e as unidades subestatais corresponde a um dos mais relevantes fatores capazes de contribuir para o estabelecimento e desenvolvimento de medidas paradiplomáticas (Vigevani, 2005). O elemento cooperativo ligado à questão comercial revela-se dotado de grande vitalidade apesar das complexas relações Québec-Ottawa. O modelo de Atração de investimentos e de promoção comercial da paradiplomacia quebequense é nesse sentido potencializado pela participação nas iniciativas desenvolvidas pelo governo federal canadense.

Mesmo tendo desenvolvido um complexo aparato de paradiplomacia econômica, o governo provincial de Québec é cômico de suas limitações e possibilidades reais enquanto ator substatat atuando no sistema político internacional e na economia globalizada. Assim, os tomadores de decisão provinciais tem buscado maximizar as capacidades de projeção econômica do Québec por meio da parceria com o governo federal. Em muitos dos países visitados pelas missões comerciais e pelas Equipes Canadá, a província simplesmente não possui nenhum posto (para) diplomático, ou escritório de representação.

No atual contexto de acentuada crise econômica e dependência do mercado norte-americano, integrar essas missões conjuntas pode representar uma boa oportunidade de ganhar novos mercados e reduzir a vulnerabilidade da economia local. Québec tem ainda a vantagem de empregar no âmbito das parcerias federal-provinciais de comércio internacional a expertise acumulada ao longo de décadas de atividade paradiplomática, associada à complexa rede público-privada que logrou estabelecer.

O governo federal por sua vez, identifica na participação do pessoal do MRI e das demais instituições de paradiplomacia comercial de Québec nas incursões da diplomacia econômica oficial um mecanismo capaz de manter algum controle sobre as iniciativas internacionais de Québec e ainda aumentar os seus benefícios político-econômicos. Ao estabelecer contatos comerciais com Québec, ou investir na província os parceiros internacionais estarão também aumentando a arrecadação do governo federal e abrindo a possibilidade real de expansão seus negócios com o restante do Canadá e com os membros do NAFTA.

A crise econômica internacional que se espalhou rapidamente em 2008 depois da explosão da bolha imobiliária norte-americana, gerando uma crise de crédito que afetou o mercado internacional, incidiu fortemente sobre Québec. A província tem os EUA como seu principal parceiro comercial, logo a sua economia foi profundamente afetada pela retração da demanda americana, a qual está provocando uma forte queda das suas

exportações. Em 2009, como a maior parte das economias avançadas, a província de Québec segue afetada pela crise financeira e pela desaceleração da economia mundial.

Observa-se um retrocesso dos investimentos das empresas devido à acentuada queda na procura pelos produtos no mercado internacional. Da mesma forma, o mercado de trabalho tem se deteriorado, sofrendo bastante com as perdas de empregos que se acumulam desde novembro de 2008. As projeções econômicas indicam que a recessão terá efeitos menos graves em Québec do que no Canadá e nos Estados Unidos, mas que ainda assim o dano será considerável.

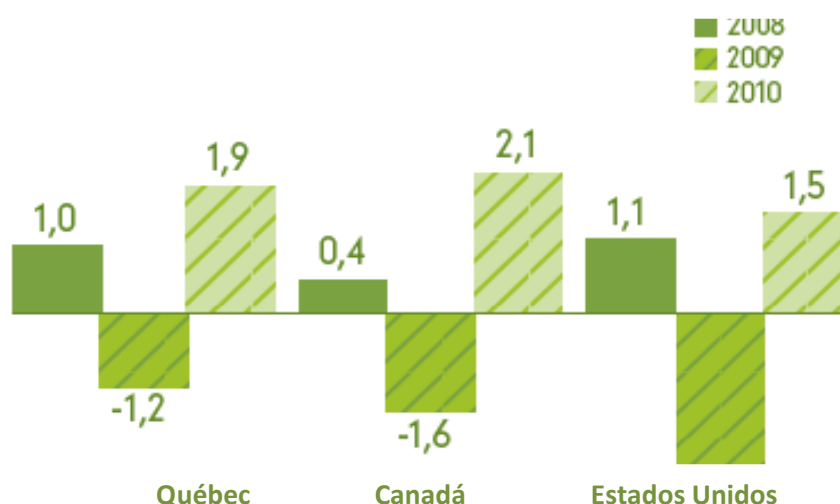
Indicadores Econômicos (variação %, em termos reais)

QUÉBEC	2008	2009	2010
PIB Real	1,0	-1,2	1,9
PIB Nominal	-1,6	-0,1	3,9
Consume	3,1	1,2	2,2
Gastos com Obras Públicas	47,9	38,8	37,3
Investimentos das Empresas	4,7	-8,4	6,4
Exportações Totais	-2,5	-7,0	2,2
Taxa de Desemprego	7,2	8,9	9,1
Criação de Empregos (em milhões)	30,0	-62,9	29,5
Índice de Preços ao Consumidor	2,1	0,4	2,0

Tabela 1- Indicadores Econômicos Reais e Projeções (2008-2010)

Fonte: Budget du Québec 2009-2010

Produto Interno Bruto Real (%)



Quadro 4- PIB Real e projeções comparadas (2008-2010) Québec-Canadá-EUA.

Fonte: Statistique Canada et Ministère des Finances du Québec

Algumas iniciativas previstas pelo governo quebequense como, por exemplo, o chamado Plano Norte, que visa atrair empresas e investimentos estrangeiros para a região boreal da província, ou a intenção de criar um portentoso fundo de financiamento para o capital de risco avaliado em mais de \$ 800 milhões encontrarão dificuldades

diante do atual quadro recessivo. Apesar dos graves obstáculos trazidos pela crise, a paradiplomacia econômica de Québec se mantém como um forte elemento da política provincial, atuando inclusive como um mecanismo empregado pelo governo subnacional para responder aos problemas advindos do sistema econômico internacional mais recentemente.

Ainda em 2008, Québec integrou os esforços dos governos provinciais canadenses que desejam oferecer sua colaboração para o governo federal com o propósito de viabilizar o estabelecimento de uma vantajosa parceria comercial com a União Européia. Fora dessa iniciativa conjunta, Québec renovou seus esforços de diversificar o destino de sua produção através representações em países europeus e na Ásia, potencializando sua exportação e reduzindo a dependência do “supermercado americano” (Deblock; Turcotte 2007).

O Québec adotou uma estratégia de paradiplomacia econômica e comercial que se assenta sobre a idéia de identidade econômica regional, equilibrando necessidades provenientes da concorrência internacional e de suas demandas políticas domésticas construídas ao longo da sucessão histórica. Por uma conjunção de fatores políticos domésticos; bem como por questões advindas do cenário externo interdependente e complexo os gestores provinciais adotaram estratégia agressiva de captação de investimentos estrangeiros e de projeção internacional de sua economia. Aproveitando a janela de oportunidade propiciada pela continentalização do mercado e da emergência do nacionalismo provincial moderado, os tomadores de decisão estabeleceram nesse ente subnacional uma linha de ação que visava diversificar os negócios na província e suas capacidades econômicas no exterior apoiando-se sobre o investimento privado associado à atividade governamental.

A estratégia permitiu diversificar as fontes de financiamento disponíveis para as empresas quebequenses e os resultados são de fato convincentes. Todavia, no momento em que estava crescendo de modo rápido e estável; colhendo os frutos das políticas adotadas, a economia da região foi duramente atingida pelos ventos da crise que se espalharam pelo mundo inteiro com velocidade nunca antes vista.

O modelo *Québec Inc* passa agora por um momento crítico. Os esforços das autoridades provinciais em manter o padrão de desenvolvimento capacitando-o a lidar com a turbulência externa demonstram que essa linha diretiva de paradiplomacia econômica tende a continuar e que a cooperação com o governo federal continua sendo vista como um mecanismo importante, sobretudo para a projeção internacional da economia de Québec. Até por que os custos associados à mudança de paradigma de atuação, mesmo diante da crise seriam provavelmente muito elevados.

Esse processo está ainda em curso e seus resultados políticos mais concretos sobre a ordem doméstica e sobre o cenário regional e internacional permanecem largamente desconhecidos. Não se sabe se o modelo québécois terá suficiente vitalidade para lidar com a crise, ou se ele retomará sua marcha na eventualidade de uma maior reação por parte dos mercados. Da mesma forma, até o presente não se realizaram maiores apreciações do impacto dos indicadores econômicos negativos sobre a questão chave do separatismo e do nacionalismo provincial de Québec. Todo esse quadro demanda a realização de novas análises por parte dos estudiosos da projeção internacional de governos subnacionais.

Conclusões

A análise da trajetória do ente subestatal em questão revelou que a promoção cultural foi durante um longo período de tempo o principal fator de incentivo das medidas paradiplomáticas de Québec. Esse elemento foi responsável pela busca por espaços na cena internacional desde a época do domínio colonial britânico e passou por uma maior institucionalização depois das transformações desencadeadas pela Revolução Tranqüila e pela doutrina Gérin-Lajoie. A província criou um sofisticado aparato organizacional para gerir a sua atividade paradiplomática, desenvolvendo uma linha de ação própria para assuntos internacionais.

Ao longo de décadas Québec empreendeu um grande conjunto de iniciativas no exterior destinadas a promover sua identidade distinta daquela verificada no Canadá Inglês e a estabelecer cooperação técnica e comercial com outros países e governos subnacionais. Suas linhas diretrizes de paradiplomacia sofreram uma considerável reelaboração provocada por fatores político-econômicos internos e externos. O estudo aponta que a ascensão das teses autonomistas em detrimento do independentismo (separacionismo) provincial correspondeu a um importante fator na deflagração da mudança do padrão de atividade internacional de Québec. Da mesma forma, o advento da liberalização dos mercados e da continentalização da economia norte-americana propiciada pelo NAFTA contribuiu fortemente para o estabelecimento de uma nova estratégia paradiplomática.

Diante dos legados históricos da promoção cultural; preservação da identidade *québécoise* e da necessidade de se adequar a concorrência internacional os tomadores de decisão subnacionais optaram em seu cálculo político por adotar uma espécie de modelo misto. O formato desenvolvido é ao mesmo tempo local e global, assentando-se sobre a idéia de “identidade econômica regional”. Esse princípio norteador fez com que Québec implementasse uma estratégia que liga o investimento privado à coordenação política e suporte técnico governamentais para atrair capital externo e projetar as empresas e produtos quebequenses no mercado internacional. Essa estratégia de paradiplomacia econômica tem sido mantida por diferentes governos provinciais nos últimos anos, mantendo-se em grande medida blindada a competição partidária entre social-democratas e liberais em Québec.

Os dados revelam que resultados obtidos pela *Belle Province* através do modelo de economia aberta e de parcerias público-privadas são positivos, tendo essas políticas possibilitado a entrada de um alto volume de investimentos e promovido fortemente as exportações da província. A pesquisa também demonstra que as possibilidades de cooperação com o governo federal foram ampliadas em virtude da mudança de posicionamento dos soberanistas quebequenses, da redefinição da economia internacional e da criação de novos arranjos institucionais que promovem relações entre o governo central e as províncias. O campo do comércio exterior apresenta seguramente as maiores possibilidades de cooperação federal-provincial em questões ligadas à condução das relações internacionais da federação canadense. As equipes Canadá e as missões comerciais conjuntas constituem-se em exemplos ilustrativos da maior convergência de interesses entre autoridades centrais e provinciais nessa área, malgrado as relações não raro tumultuadas entre Québec e Ottawa.

Quando a rede de paradiplomacia econômica de Québec se encontrava em uma fase de acentuado crescimento e produção de resultados expressivos, a crise financeira internacional infligiu um duro golpe sobre esse modelo. As capacidades de atuação desse ente subnacional se viram sensivelmente reduzidas em virtude da sua grande dependência econômica dos Estados Unidos, país que foi o epicentro da crise mundial.

Diante disso, o governo de Québec tem lançado mão de seu aparato paradiplomático com a intenção de buscar novos mercados e atrair mais investimentos fora da América do Norte enquanto espera pela recuperação da economia dos E.U.A e o reaquecimento do mercado internacional.

Por estar esse processo ainda em curso, os seus resultados até o presente momento são muito pouco conhecidos pelos estudiosos das relações internacionais e pelos especialistas em paradiplomacia. Novas análises sobre o tema poderão fornecer uma avaliação mais consistente dos impactos desse momento crítico sobre as estratégias empregadas por Québec e por outras unidades subnacionais ativas no cenário internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G. A. (1970), *Political Development*. Boston, Little Brown.

ALMOND, G. A., and COLEMAN, J. S., eds. (1960). *The Politics of developing areas*. Princeton, Princeton, N. J University Press.

ALDECOA, Francisco. (1999), “Towards Plurinational Diplomacy in the Deeper and Wider European Union 1985-2005”, in Francisco Aldecoa and Michael Keating, *Paradiplomacy in Action the Foreign Relations of Subnational Governments*, London: Frank Cass Publishers.

AGUIRRE, I. (1999), “Making Sense of Paradiplomacy? An Intertextual Inquiry About a Concept in Search of a Definition”, in Francisco Aldecoa and Michael Keating, *Paradiplomacy in Action the Foreign Relations of Subnational Governments*, London: Frank Cass Publishers.

APTER, David. (1996), “Comparative Politics Old and New”, in R. GOODIN and H. KLINGEMANN (Eds), *A New Handbook of Political Science*, Oxford, Oxford University Press.

BADIE, B. (1995), *La Fin des Territoires. Essai sur le Désordre internationale et sur l'utilité social du respect*, Paris, Fayard.

BADIE, B.; HERMET, G. (1990), *Politique Comparée*, Paris, Puf.

BANCHOFF, T.; SMITH, M. P. (1999), *Legitimacy and the European Union*, London, Routledge.

BALTHAZAR, Louis. (1999), “The Quebec Experience: Success or Failure?” in F. Aldecoa and M. Keating (orgs) *Paradiplomacy inaction: The foreign Relations of Subnational governments*, London, Frank Cass Publishers.

BATES, R.H. et al. (1998), *Analytic Narratives*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

BATES, R.H (1997), "Comparative Politics and Rational Choice: a review essay". American Political Science Review, 91, 3: 699-704.

Caisse de dépôt et placement du Québec (2006), Codification Administratif, Québec, Caisse de Dépôt et Placement.

CAMPBELL, J. L. (2004). *Institutional Change and Globalization*, Princeton, Princeton University Press.

CHOI, young jong ; CAPORASO, James. (2001), "Comparative Regional Integration", in CARLSNAES, Walter " Foreign Policy" in W. CARLSNAES, T. RISE, and B.A.SIMMONS (Eds) Handbook of International Relations, London, Sage Publication.

COLACRAI, Miryam; ZABELZÚ, Graciela. (2004), "Las Vinculaciones Externas e La Capacidad de Gestion Internacional Desplegadas Por Las Provincias Argentinas en La Ultima Década. Una Lectura Desde Las Relaciones Internacionales" In: T.VIGEVANI, L.E. WANDERLEY, M. I BARRETO, M. P. MARIANO, (orgs) *A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais*. São Paulo, Editora UNESP.

COLEMAN, James.S. (1998), *Foundations of Social Theory*, Cambridge, Harvard University Press.

CRIECKEMANS, David. (2007) "The case of Flanders (1993-2005): how subnational entities develop their own "paradiplomacy".- In Rana Kishan S. (ed), *Foreign ministries: managing diplomatic networks and optimizing value*, Geneva, Diplo Foundation.

_____. (2008), Are the boundaries between paradiplomacy and diplomacy watering down? Preliminary findings and hypotheses from a comparative study of some regions with legislative power and small states. - In: 2nd Global International Studies Conference , "Paradiplomacy and the Changing Frameworks of Diplomacy", Ljubljana, Faculty of Social Sciences, University of Ljubljana, Slovenia, 23-26 July 2008, s.l., 2008.- 38 p

CHISTER, Jonsson. (2001) "Diplomacy, Bargaining and Negotiation" ", in W. CARLSNAES, T. RISE and B.A. SIMMONS (Eds) Handbook of International Relations, London, Sage Publication.

CHILCOTE, R. H. (1994), *Theories of Comparative Politics*. Boulder, Westview.

DALLARI, Dalmo de Abreu. (2003), *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 24 ed, São Paulo: Saraiva.

DEBLOCK, Christian and D. Brunelle. (1996), "Le régionalisme économique international : de la première à la deuxième génération", in: Michel Fortmann et alii (eds.) *Tous pour un ou chacun pour soi : Promesses et limites de la coopération internationale en matière de sécurité*, Québec : Institut québécois des hautes études internationales.

DEBLOCK, Christian and TURCOTTE, Sylvain. (2007) "Après Mar del Plata: Les Amériques plus divisées que jamais". *Critique Internationale*, vol 1, n 34, février-mars, pp 149-170.

DER DERIAN, J. (1987), *On Diplomacy: A Genealogy of Western Estrangement*, Oxford, Basil Blackwell.

_____. (1982), *Antidiplomacy: Spies, Terror, Speed and War*, Oxford, Basil Blackwell.

DEUTSCH, Karl W. (1981), "The Crisis of the State", *Government and opposition*, 3,16: 331-343.

DUCHACEK, I. D. (1990), "Perforated Sovereignities: Toward a Typology of News Actors in International Relations". In: H.MICHELMANN and P. SOLDATOS, *Federalism and International Relations*. Oxford: Clarendon Press.

_____. (1984), "The International Dimension of Subnational Self-Government," *Publius*, 4, 14: 5-3.

_____. (1986) "International Competence of Subnational Governments: borderlines and Beyond" in Oscar J. Martinez (ed), *Across Bondaries: Transborder Interaction in Comparative Perspective* (The University of Texas at El Paso), Texas Western Press.

_____. (1986) "The territorial Dimensions of Politics: Within, Among and Across Nations", Boulder and London, Westview Press, p.240.

ERK, Jan. (2008), *Explaining Federalism: State, society and congruence in Austria, Belgium, Canada, Germany and Switzerland*, London, Routledge.

Fédération des Travailleurs du Québec. (2008), *Prospectus Simplifié*.

FRY, Earl. (2004), "The Role of Subnational governments in the Governance of the North America", IRPP Working Paper Series no. 2004-09 d.

GEORGE, A.L and BENNETT, A. (2005), *Case Studies and Theory Development in The Social Sciences*, Cambridge: Cambridge University Press.

GRIPAIOS, Peter; MANGELES, Terry. (1993), "An Analysis of European Super Regions" *Regional Studies*, 8, 27: 745-780.

HALL, Peter A. (2007), "The Dilemmas of Contemporary Social Science", *Boundary 2*, vol 34, No 03, pp 121-141.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R (2003). "As Três Versões do Neo-Institucionalismo". *Lua Nova*, 58: 193-223.

HILLIKER, John. (1990), *Canada's Department of External Affairs: The Early Years 1909-1946 and Coming of Age 1946-1968*, Montreal, McGill-Queen's University Press, v. 1 and 2.

HOCKING, Brian (2004), "Regionalismo: Uma Perspectiva das Relações Internacionais", In: T. VIGEVANI, L. E. WANDERLEY, M. I. BARRETO, M. P. MARIANO (orgs), *A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais*. São Paulo, Editora UNESP.

_____. (1999), "Patrolling The Frontier: Globalization, Localization and the Actorness of Non-central Governments in F. Aldecoa and M. Keating (eds) *Paradiplomacy in action: The foreign Relations of Subnational governments*, London, Frank Cass Publishers.

Investissement Québec. (2007), Institutionel, Québec.

JORGENSEN, E.K; POLLACK, Mark.A e ROSAMOND, Ben (eds) (2007), *Handbook of European Union Politics*, London, Sage Publications.

KEATING, Michael. (1999), "Regions and International Affairs: Motives, Opportunities and Strategies", in F. ALDECOA, M. KEATING (eds), *Paradiplomacy in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments*, London, Frank Cass.

_____. (1998), *The New Regionalism in Western Europe: Territorial Restructuring and Political Change*, Cheltenham: Edward Elgar.

KELSEN, H (1998). *Teoria Geral do Estado*, São Paulo, Ática.

_____. (1998). *Teoria Geral do Direito e do Estado*, 9º ed., São Paulo, Ática.

KEOHANE, R. O.; GRANT, R. W. (2005), "Accountability and Abuses of Power in World Politics". *American Political Science Review*, 1, 99: 29-43.

KEOHANE, R.; NYE, J. (1987), "Power and interdependence Revisited". *International Organization*, 5, 41: 725-53.

KINCAID, J. (2001). "Constituent Diplomacy in Federal Polities and the Nation-state: Conflict and Co-operation", in H. J MICHELMANN and P. SOLDATOS (eds), *Federalism and International Relations: The Roles of Subnational Units*, Oxford, OUP.

_____. (1999) "The International Competence of US States and Their Local Governments" in F. Aldecoa e M. Keating (eds), *Paradiplomacy in Action: The Foreign Relations of Subnational Governments*, Portland, Frank Cass.

KATZNELSON, Ira and WEINGAST, Barry (editors) (2005), *Preferences and Situations: Points of Intersection Between Historical and Rational Choice Institutionalism*, New York, Russell Sage Foundation.

KRASNER, S. D. (1988), "Sovereignty: an Institutional Perspective", *Comparative Political Studies*, 3, 21, pp. 66-94.

_____. (2001), "Rethinking the Sovereign State Model". *Review of International Studies*, 4, 27, 17-42.

LACHAPELLE, Guy; PAQUIN, Stéphane. (2003) "Québec and Canada In The New Century: New Dynamics, New Opportunities", paper presented in the Conference Quebec's international strategies: mastering globalization and new possibilities of governance

LANDMAN, Todd. (2008), *Issues and Methods in Comparative Politics: an Introduction*. 3rd edition, London, Routledge.

LEDUC, François. (2000) *Guide De La Pratique Des Relations Internationales Du Québec*, Québec, Ministère des Relations internationales.

LEGRO, Jeffrey.W; MORAVCSIK, A. (1999) "Is Anybody Still a Realist?" *International Security*, 2, 24: 5-55.

LEVINE, Kyra. (2006), "Quebecois Paradiplomacy: A Historical Perspective and An Overview of Current Activities" Paper Presented at Agsird Conference, pp 1-17.

LIJPHART, A. (1971), "Comparative Politics and Comparative Method", *American Political Science Review*, 65, 3: 682-693.

_____. (1975), "The comparable Cases Strategy in Comparative Research", *Comparative Political Studies*, 8,2 : 158-177.

MACE, Gordon et al. (1996), "Canadian Foreign Policy and Quebec", in Maxwell Cameron and Maureen A. Molot, *Canada Among Nations 1995: democracy and foreign policy*, Ottawa: Carleton University Press.

MARIANO, Marcelo Passini e BARRETO, Maria Inês. (2004), "Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul". In: T. Vigevani, L.E. Wanderley, M.I. Barreto, M.P. Mariano (orgs.), *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo, Editora UNESP.

MCMILLAN, Samuel Lucas. (2008), "Subnational Foreign Policy Actors: How and Why Governors Participate in U.S. Foreign Policy" *Foreign Policy Analysis* 4, 227-253.

MEDEIROS, M. A (2004), "Unidades Subnacionais e Integração Européia: O Caso do Comitê das Regiões". In: T. VIGEVANI, L.E, WANDERLEY, M.I .BARRETO, M.P. MARIANO. (orgs), *A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais*. São Paulo, Editora UNESP.

Ministère du Développement Économique, de L'innovation et Exportation du Québec, MDEIE. (2005), *Stratégie Gouvernementale de Développement Économique*, Québec, Direction Générale des Communications.

Ministère Des Finances du Québec, MFQ. (2009), Profil Économique et Financier du Québec, Québec, MFQ.

Ministère des Relations Internationales. (2006). Quebec's International Policy: Working in Concert.

MEARSHEIMER, John (2001). The Tragedy of Great Power Politics. New York: W. W. Norton & Company.

MICHELMANN, Hans J; SOLDATOS, Panayotis (eds) (1990), Federalism and International Relations: The Rules of Subnational Unities, New York: Oxford University Press

MICHALET, Charles-Albert. (1999), Qu'est- ce que la Mondialisation?, Paris: La Découverte.

MORAVCSIK, A. (2002), "In Defense of the Democratic Deficit: Reassessing Legitimacy in the European Union", *Journal of Common Market Studies*, 44, 40: 603-624.

NUNES, Carmem Juçara da Silva (2005), A paradiplomacia no Brasil: O caso do Rio Grande do Sul, 163 f, Dissertação de Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NYE, J. J (2002), *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo, Editora Atica.

O'DONNELL, G. (1999). "Teoria Democrática e Política Comparada", *Dados*, 4,42: 577-654.

PALARD, Jacques (1999) « Les Régions Européennes dans la scène internationale ; conditions d'accès et systèmes d'échanges ». *Revue Études Internationales*, 4, 30.

PAQUIN, Stéphane. (2005), Histoire des relations internationales du Québec. Bruxelles, VLB.

_____. (2004), Paradiplomatie et Relations Internationales. Bruxelles, Presses Interuniversitaires Européennes.

_____. (2001), *La Revanche des Petites Nations: Le Québec, L'Écosse et La Catalogne face à la mondialization*, Montréal : VLB.

_____. (2005), « Quelle place pour les provinces canadiennes dans les organisations et les négociations internationales du Canada à la lumière des pratiques au sein d'autres fédérations ». *Canadian Public Administration Review/ Revue Canadienne d'Administration Publique*, 4, 48 : 447-505.

_____. (2006) Les relations internationales du Québec depuis la Doctrine Gérin-Lajoie (1965-2005). Québec, Les Presses de l'Université Laval.

_____. (2003), « Paradiplomatie identitaire et diplomatie en Belgique fédérale : le cas de la Flandre. » *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique*, 3, 36 : 621-642.

PENNINGS, Paul; KEMAN, Hans and KLEINNIJENHUIS, Jan. (2006), *Doing Research in Political Science*, 2ed, London: Sage Publications.

PEREIRA, Bresser. (1999), *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

PIERSON, P ; SKOCPOL, T.(2002), “Historical Institutionalism in Contemporary Political Science”, in I. KATZNELSON and H. MILNER (eds), *Political Science: State of a Discipline*, New York, Norton.

PIERSON, Paul. (2000), “Increasing Returns, Path Dependence and the Study of Politics”, *American Political Science Review* 94 (2): pp 251-67.

Pour Un Québec Lucide (2005), *Manifeste Pour Un Québec Lucide*.

PHILIPPART, Eric. (1997), «Le Comité des Régions confronté à la ‘paradiplomatie’ des régions de l’Union européenne». Dans *Le Comité des Régions de l’Union européenne*, dir.Jacques Bourrinet. Paris : Economica.

PRAZERES, T. L. (2004), “Por uma Atuação Constitucionalmente Viável das Unidades Federativas Brasileiras ante os Processos de Integração regional”, In: T. VIGEVANI, L.E. WANDERLEY, M.I. BARRETO, M.P. MARIANO (orgs), *A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais*. São Paulo, Editora UNESP.

PRIETO, N. C. (2004), “Outro Lado do Novo Regionalismo Pós-Soviético e da Ásia-Pacífico: a Diplomacia Federativa além das Fronteiras do Mundo Ocidental”, In: T. VIGEVANI, L.E.

WANDERLEY, M. BARRETO e M. P. MARIANO (orgs), *A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais*, São Paulo, Editora UNESP.

_____. (2005), “The normalization of Paradiplomacy: Subnational Involvement in Foreign Affairs and the Discreet Transformation of Diplomacy”, paper presented at WISC Conference, Istanbul, pp 1-11.

PUTNAM, Robert. (1993), “Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two Level Game” in P.B Evans, H.K Jacobson e R.D Putnam (eds) *Double- Edged Diplomacy: International Bargaining and Domestic Politics*, Los Angeles, University of California Press.

RAVENHILL, John. (1999), “Federal- State Relations in Australian External affairs: A new Co-operative Era?”, In Francisco Aldecoa and Michael Keating, *Paradiplomacy in Action the Foreign Relations of Subnational Governments*, London: Frank Cass Publishers.

RAUSTIALA, K; SLAUGHTER, A. (2001) "International Law, International Institutions and Compliance" in W. Carlsnaes, T. Rise and B. Simmons (eds), *Handbook of International Relations*, London, Sage Publications.

RIENDEAU, Roger. (2007), *A Brief History of Canada*, 2ed, New York: Facts on File.

SALOMON, Mônica; NUNES, Carmen. (2007), "A ação externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos", *Contexto Internacional*, 1, 29 : 99- 147.

SARTORI, G. (1987). *The Theory of Democracy Revisited*, Chatham, Chatham House Publishers.

SCHMITTER, Philippe (2009). "The Nature and The Future of Comparative Politics", *The European Review of Political Science*, vol 1, n 1, pp 33-61.

SCHUMPETER, J. A. (1975), *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, Harper perennial.

SKOCPOL, T. (1979), *States and Social Revolutions*. Cambridge, Cambridge University Press.

SKOCPOL, T. and SOMERS, M. (1980), "The Use of Comparative History in macro-social inquiry" *Comparative Studies in society and History*, 22, 3: 174-97.

SOLDATOS, Panayotis. (1990), "An Explanatory Framework For the Study of Federated States as Foreign- Policy Actors" in Hans J. Michelmann and Panayotis Soldatos (eds), *Federalism and International Relations: The Rules of Subnational Unities*, Oxford: Clarendon Press

THELEN, Kathleen. (1999), "Historical Institutionalism and Comparative Politics", *Annual Review of Political Science* 2: 369-404.

TSEBELIS, G. (1990) *Nested Games: Rational Choice in Comparative Politics*: Berkley, Universty of California Press.

VIGEVANI, Tullo. (2006), "Problemas Para a Atividade Internacional das Unidades Subnacionais: São Paulo e o Contexto Brasileiro", *Contexto Internacional*, 19, No.2, pp.267-305.

_____. (2006) "Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Anpocs/EDUSC, vol. 21, nº 62, out. 2006, pp. 127-139.

VIGEVANI, Tullo, WANDERLEY, Luiz Eduardo BARRETO, Maria Inês MARIANO, Marcelo Passini. (2004), *A Dimensão Subnacional e as Relações Internacionais*. São Paulo: EDUSC; Fundação Editora da UNESP; Bauru, SP: EDUSC.

VIPOND, Robert. (2004), "The Civil Rights Movement Comes to Winnipeg: American Influence on "Rights Talk" in Canada, 1968–71", in Stephen L Newman. *Constitutional Politics in Canada and United States*. Albany: State University of New York Press.

VERBA, Sidney (1985), "Comparative Politics: Where have we been, where we are going?" in H. Wiarda and C. Boulder (Eds), *New Directions in comparative Politics*, London West view Press.

WALTZ, Kenneth. (1979), *Theory of International Politics*, New York, McGraw-hill humanities.

WEINGAST, Bary. (2002), "Rational-Choice Institutionalism", in I. KATZNELSON and H. MILNER. (eds), *Political Science: State of a Discipline*, New York, Norton